

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE BRIDGE

CÓDIGO INTERNACIONAL DE BRIDGE 2007
(Versão Portuguesa)

ÍNDICE

| | |
|--|--------|
| INTRODUÇÃO..... | pág 10 |
| DEFINIÇÕES..... | pág 11 |
| ART 1 - O BARALHO - ORDENAÇÃO DE CARTAS E NAIPES..... | pág 14 |
| ART 2 - AS CARTEIRAS DE TORNEIO..... | pág 14 |
| ART 3 - DISPOSIÇÃO DAS MESAS..... | pág 14 |
| ART 4 - PARES..... | pág 14 |
| ART 5 - ATRIBUIÇÃO DE LUGARES..... | pág 15 |
| A. Posição inicial | |
| B. Mudança de linha ou de mesa | |
| ART 6 - DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS..... | pág 15 |
| A. Baralhar | |
| B. Dar as cartas | |
| C. Representação dos dois pares | |
| D. Repetição da distribuição das cartas | |
| E. Opções do Director do Torneio quanto à distribuição das cartas | |
| F. Duplicação das mãos | |
| ART 7 - MANUSEAMENTO DAS CARTEIRAS E DAS CARTAS..... | pág 16 |
| A. Colocação da carteira | |
| B. Remoção das cartas da carteira | |
| C. Reposição das cartas na carteira | |
| D. Responsabilidade pelos procedimentos | |
| ART 8 - SEQUÊNCIA DAS POSIÇÕES..... | pág 16 |
| A. Movimentação das carteiras e dos jogadores | |
| B. Fim da posição | |
| C. Fim da última posição e fim da sessão | |
| ART 9 - PROCEDIMENTO NA SEQUÊNCIA DE UMA IRREGULARIDADE..... | pág 17 |
| A. Chamada de atenção para uma irregularidade | |
| B. Após a chamada de atenção para uma irregularidade | |
| C. Correção prematura de uma irregularidade | |
| ART 10 - APLICAÇÃO DE UMA RECTIFICAÇÃO..... | pág 17 |
| A. Direito a determinar rectificações | |
| B. Cancelamento da aplicação de rectificações ou da renúncia às mesmas | |
| C. Escolha após uma irregularidade | |
| ART 11 - PERDA DO DIREITO A RECTIFICAÇÃO..... | pág 18 |
| A. Acção da linha não-infractora | |
| B. Penalidade após perda do direito a rectificação | |
| ART 12 - PODERES DISCRICIONÁRIOS DO DIRECTOR DO TORNEIO..... | pág 18 |
| A. Direito de atribuição de um resultado ajustado | |
| B. Objectivos do ajuste do resultado | |
| C. Atribuição de um resultado ajustado | |

| | |
|--|--------|
| ART 13 - NÚMERO INCORRECTO DE CARTAS..... | pág 19 |
| A. O Director do Torneio considera o jogo normal | |
| B. Resultado ajustado e possível penalidade | |
| C. Carteio completado | |
| D. Não houve voz | |
| E. Colocação ou deslocação de carta | |
| F. Excesso de carta(s) | |
| ART 14 - FALTA DE UMA CARTA..... | pág 20 |
| A. Mão incompleta descoberta antes do começo do carteio | |
| B. Mão incompleta descoberta posteriormente | |
| C. Informação resultante da reposição de uma carta | |
| ART 15 - JOGO DE UMA CARTEIRA ERRADA..... | pág 20 |
| A. A carteira não tinha sido previamente jogada por qualquer dos jogadores | |
| B. Um ou mais jogadores tinham jogado anteriormente essa carteira | |
| C. O erro é descoberto durante o período do leilão | |
| ART 16 - INFORMAÇÃO AUTORIZADA E NÃO AUTORIZADA..... | pág 21 |
| A. Uso de informação pelos jogadores | |
| B. Informação extrínseca proveniente do parceiro | |
| C. Informação extrínseca proveniente de outras fontes | |
| D. Informação proveniente de vozes e jogadas retiradas | |
| ART 17 - PERÍODO DO LEILÃO..... | pág 22 |
| A. Começo do período do leilão | |
| B. A primeira voz | |
| C. Vozes subsequentes | |
| D. Cartas de uma carteira errada | |
| E. Fim do período do leilão | |
| ART 18 - DECLARAÇÕES..... | pág 23 |
| A. Forma correcta | |
| B. Cobrir uma declaração | |
| C. Declaração suficiente | |
| D. Declaração insuficiente | |
| E. Ordenação das denominações | |
| F. Métodos diferentes | |
| ART 19 - DOBRES E REDOBRES..... | pág 23 |
| A. Dobres | |
| B. Redobres | |
| C. Cobrir um dobre ou um redobre | |
| D. Marcação de um contrato dobrado ou redobrado | |
| ART 20 - RECAPITULAÇÃO E EXPLICAÇÃO DE VOZES..... | pág 24 |
| A. Voz não reconhecida claramente | |
| B. Recapitulação do leilão durante o período do leilão | |
| C. Recapitulação após o passe final | |
| D. Quem pode recapitular o leilão | |
| E. Correção de erro na recapitulação | |
| F. Explicação de vozes | |
| G. Procedimento incorrecto | |
| ART 21 - VOZ BASEADA EM INFORMAÇÃO ERRÓNEA..... | pág 25 |
| A. Voz baseada em engano do próprio | |
| B. Voz baseada em informação errónea de um adversário | |

| | |
|---|--------|
| ART 22 - PROCEDIMENTO DEPOIS DO LEILÃO TER ACABADO..... | pág 26 |
| A. Fim do leilão | |
| B. Fim do período do leilão | |
| ART 23 - CONSCIÊNCIA DE PREJUÍZO POTENCIAL..... | pág 26 |
| ART 24 - CARTA EXPOSTA OU JOGADA ANTES DO PERÍODO DO CARTEIO..... | pág 26 |
| A. Carta pequena que não constitui saída prematura | |
| B. Honra ou saída prematura | |
| C. Duas ou mais cartas expostas | |
| ART 25 - MUDANÇAS DE VOZES LEGAIS E ILEGAIS..... | pág 27 |
| A. Voz não intencional . | |
| B. Voz intencional | |
| ART 26 - VOZ RETIRADA, RESTRIÇÕES AO ATAQUE..... | pág 27 |
| A. Voz relacionada com um ou mais naipes específicos | |
| B. Outras vozes retiradas | |
| ART 27 - DECLARAÇÃO INSUFICIENTE..... | pág 28 |
| A. Aceitação de declaração insuficiente | |
| B. Declaração insuficiente não aceite | |
| C. Substituição prematura | |
| D. Linha não infractora prejudicada | |
| ART 28 - VOZES CONSIDERADAS COMO SENDO DADAS NA VEZ..... | pág 28 |
| A. ASD obrigado a passar | |
| B. Voz dada pelo jogador certo anulando voz extemporânea | |
| ART 29 - PROCEDIMENTO APÓS VOZ EXTEMPORÂNEA..... | pág 29 |
| A. Perda do direito a rectificação | |
| B. Voz extemporânea anulada | |
| C. Voz extemporânea artificial | |
| ART 30 - PASSE EXTEMPORÂNEO..... | pág 29 |
| A. Antes de qualquer jogador ter feito uma declaração | |
| B. Após qualquer jogador ter feito uma declaração | |
| C. Quando o passe é artificial | |
| ART 31 - DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEA..... | pág 30 |
| A. Na vez do ASD | |
| B. Na vez do parceiro ou do ASE | |
| ART 32 - DOBRE OU REDOBRE EXTEMPORÂNEO..... | pág 30 |
| A. Era a vez do parceiro do infractor | |
| B. Era a vez do ASD | |
| ART 33 - VOZES SIMULTÂNEAS..... | pág 31 |
| ART 34 - MANUTENÇÃO DO DIREITO A ANUNCIAR..... | pág 31 |
| ART 35 - VOZES INADMISSÍVEIS..... | pág 31 |
| ART 36 - DOBRES E REDOBRES INADMISSÍVEIS..... | pág 31 |
| A. O ASE do infractor anuncia antes da rectificação | |
| B. O ASE do infractor não anuncia antes da rectificação | |

| | |
|--|--------|
| ART 37 - VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PASSAR..... | pág 32 |
| A. O ASE do infractor anuncia antes da rectificação | |
| B. O ASE do infractor não anuncia antes da rectificação | |
| ART 38 - DECLARAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR A SETE..... | pág 32 |
| A. Não é permitido o carteio | |
| B. A declaração e as vozes seguintes são anuladas | |
| C. A linha infractora tem que passar | |
| D. Possível falta de recurso aos ARTs 23 e 26 | |
| ART 39 - VOZ APÓS O PASSE FINAL..... | pág 32 |
| A. Vozes anuladas | |
| B. Passe pela linha defensora ou qualquer voz pela linha do declarante | |
| C. Outra acção por um defensor | |
| ART 40 - ENTENDIMENTOS ENTRE PARCEIROS..... | pág 33 |
| A. Acordos sistémicos entre jogadores | |
| B. Entendimentos especiais entre parceiros | |
| C. Desvios ao sistema e psíquicos | |
| ART 41 - COMEÇO DO CARTEIO..... | pág 34 |
| A. Saída com a face para baixo | |
| B. Recapitulação do leilão e perguntas | |
| C. Saída virada para cima | |
| D. A mão do morto | |
| ART 42 - DIREITOS DO MORTO..... | pág 35 |
| A. Direitos absolutos | |
| B. Direitos limitados | |
| ART 43 - RESTRIÇÕES DO MORTO..... | pág 35 |
| A. Restrições do morto | |
| B. Se existir violação | |
| ART 44 - SEQUÊNCIA E PROCEDIMENTO CORRECTO NO CARTEIO..... | pág 36 |
| A. Ataque para uma vaza | |
| B. Jogadas subsequentes para uma vaza | |
| C. Obrigação de assistir | |
| D. Impossibilidade de assistir | |
| E. Vazas contendo trunfos | |
| F. Vazas não contendo trunfos | |
| G. Ataque para as vazas seguintes | |
| ART 45 - CARTA JOGADA..... | pág 36 |
| A. Jogada de uma carta da mão | |
| B. Jogada de uma carta do morto | |
| C. Jogada obrigatória de uma carta | |
| D. Carta incorrectamente jogada pelo morto | |
| E. Quinta carta jogada numa vaza | |
| F. Carta indicada pelo morto | |
| G. Fechar a vaza | |
| ART 46 - DESIGNAÇÃO INCOMPLETA OU ERRADA DE UMA CARTA DO MORTO..... | pág 37 |
| A. Designação correcta de uma carta do morto | |
| B. Designação incompleta ou errada | |

| | |
|--|--------|
| ART 47 - RETIRADA DE CARTA JOGADA..... | pág 38 |
| A. No decurso de rectificação | |
| B. Para corrigir uma jogada ilegal | |
| C. Para mudar uma designação inadvertida | |
| D. Na sequência de mudança de jogada por um adversário | |
| E. Mudança de jogada baseada em informação errada | |
| F. Outras retiradas de cartas | |
| ART 48 - EXPOSIÇÃO DE CARTAS DO DECLARANTE..... | pág 39 |
| A. O declarante expõe uma carta | |
| B. O declarante expõe as suas cartas | |
| ART 49 - EXPOSIÇÃO DE CARTAS DE UM DEFENSOR..... | pág 39 |
| ART 50 - DISPOSIÇÕES SOBRE CARTAS PENALIZADAS..... | pág 39 |
| A. A carta penalizada permanece exposta | |
| B. Carta penalizada principal ou secundária? | |
| C. Disposições sobre uma carta penalizada secundária | |
| D. Disposições sobre uma carta penalizada principal | |
| E. Informação proveniente de carta penalizada | |
| ART 51 - DUAS OU MAIS CARTAS PENALIZADAS..... | pág 40 |
| A. Vez do infractor jogar | |
| B. Ataque do parceiro do infractor | |
| ART 52 - INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ATACAR OU JOGAR UMA CARTA PENALIZADA..... | pág 41 |
| A. Um defensor não joga uma carta penalizada | |
| B. O defensor joga outra carta | |
| ART 53 - ATAQUE EXTEMPORÂNEO ACEITE..... | pág 41 |
| A. Ataque extemporâneo tratado como correcto | |
| B. ASD joga uma carta sobre ataque irregular do declarante | |
| C. Ataque correcto feito após ataque irregular | |
| ART 54 - SAÍDA EXTEMPORÂNEA COM A FACE EXPOSTA..... | pág 42 |
| A. O declarante estende a sua mão | |
| B. O declarante aceita a saída | |
| C. O declarante tem de aceitar a saída | |
| D. O declarante recusa a saída | |
| E. Saída pela linha errada | |
| ART 55 - ATAQUE EXTEMPORÂNEO DO DECLARANTE..... | pág 42 |
| A. Ataque do declarante aceite | |
| B. Ataque do declarante não aceite | |
| C. O declarante pode ter obtido informação não autorizada | |
| ART 56 - ATAQUE EXTEMPORÂNEO DE UM DEFENSOR..... | pág 43 |
| ART 57 - ATAQUE OU JOGADA PREMATURA..... | pág 43 |
| A. Ataque ou jogada prematura para a vaza seguinte | |
| B. O parceiro do infractor não pode cumprir a rectificação | |
| C. O declarante ou o morto jogou | |
| ART 58 – ATAQUES OU JOGADAS SIMULTÂNEAS..... | pág 43 |
| A. Jogadas simultâneas por dois jogadores | |
| B. Cartas simultâneas da mesma mão | |

| | |
|--|--------|
| ART 59 - IMPOSSIBILIDADE DE ATACAR OU JOGAR COMO EXIGIDO..... | pág 44 |
| ART 60 - JOGADA APÓS JOGADA ILEGAL..... | pág 44 |
| A. Jogada após irregularidade | |
| B. Jogada de um defensor antes de um ataque obrigatório do declarante | |
| C. Jogada da linha infractora antes da determinação da rectificação | |
| ART 61 - NÃO ASSISTIR - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE UMA RENÚNCIA.... | pág 44 |
| A. Definição de renúncia | |
| B. Direito ao pedido de esclarecimento sobre eventual renúncia | |
| ART 62 - CORRECÇÃO DE UMA RENÚNCIA..... | pág 44 |
| A. A renúncia deve ser corrigida | |
| B. Correção de uma renúncia | |
| C. Cartas jogadas posteriormente | |
| D. Renúncia na 12ª vaza | |
| ART 63 - CONSUMAÇÃO DE UMA RENÚNCIA..... | pág 45 |
| A. Consumo de uma renúncia | |
| B. A renúncia não pode ser corrigida | |
| ART 64 - PROCEDIMENTO APÓS CONSUMAÇÃO DE RENÚNCIA..... | pág 45 |
| A. Rectificação no seguimento de uma renúncia | |
| B. Não há rectificação | |
| C. O Director do Torneio é responsável pela equidade | |
| ART 65 - DISPOSIÇÃO DAS VAZAS..... | pág 46 |
| A. Vaza completa | |
| B. Manter a contagem das vazas | |
| C. Ordenação | |
| D. Acordo sobre o resultado do carteio | |
| ART 66 - INSPECÇÃO DAS VAZAS..... | pág 46 |
| A. Vaza em curso | |
| B. A sua última carta jogada | |
| C. Vazas fechadas | |
| D. Após o final do carteio | |
| ART 67 - VAZA IMPERFEITA..... | pág 47 |
| A. Antes de ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte | |
| B. Após ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte | |
| ART 68 - REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO DE VAZAS..... | pág 48 |
| A. Definição de reivindicação | |
| B. Definição de concessão | |
| C. Esclarecimentos exigidos para reivindicação | |
| D. O carteio termina | |
| ART 69 - REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO ACORDADA..... | pág 48 |
| A. Quando há acordo | |
| B. Decisão do Director do Torneio | |

| | |
|--|--------|
| ART 70 - REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO CONTESTADA..... | pág 49 |
| A. Objectivo geral | |
| B. Repetição dos esclarecimentos | |
| C. Há um trunfo de fora | |
| D. Considerações do Director do Torneio | |
| E. Linha de jogo não indicada | |
| ART 71 - CONCESSÃO ANULADA..... | pág 50 |
| ART 72 - PRINCÍPIOS GERAIS..... | pág 50 |
| A. Observância deste Código | |
| B. Infracção a este Código | |
| ART 73 - COMUNICAÇÃO..... | pág 50 |
| A. Modo correcto de comunicação entre parceiros | |
| B. Comunicação incorrecta entre parceiros | |
| C. Um jogador recebe do parceiro informação não autorizada | |
| D. Variações de ritmo ou de comportamento | |
| E. Acção enganadora | |
| F. Violação das regras de correcção | |
| ART 74 - CONDUTA E ETIQUETA..... | pág 51 |
| A. Atitude correcta . | |
| B. Etiqueta | |
| C. Violações das normas de conduta | |
| ART 75 - EXPLICAÇÃO OU VOZ ERRADA..... | pág 52 |
| A. Erro causando informação não autorizada | |
| B. Explicação errada | |
| C. Voz errada | |
| ART 76 - ESPECTADORES..... | pág 53 |
| A. Controlo | |
| B. À mesa | |
| C: Participação | |
| D. Estatuto | |
| ART 77 - TABELA DE MARCAÇÃO EM TORNEIO..... | pág 53 |
| ART 78 - MÉTODOS DE MARCAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA PROVA..... | pág 54 |
| A. Marcação por pontos de encontro | |
| B. Marcação por IMPs (' <i>International Match Points</i> ') | |
| C. Marcação por pontos totais | |
| D. Características da prova | |
| ART 79 - VAZAS GANHAS..... | pág 55 |
| A. Acordo quanto a vazas ganhas | |
| B. Desacordo quanto a vazas ganhas | |
| C. Erro de registo | |
| ART 80 - REGULAMENTOS E ORGANIZAÇÃO..... | pág 56 |
| A. A Autoridade Reguladora | |
| B. Entidade Organizadora do Torneio | |

| | |
|--|--------|
| ART 81 - O DIRECTOR DO TORNEIO..... | pág 56 |
| A. Estatuto oficial | |
| B. Restrições e responsabilidades | |
| C. Deveres e poderes do Director do Torneio | |
| D. Delegação de deveres | |
| ART 82 - RECTIFICAÇÃO DE ERROS DE PROCEDIMENTO..... | pág 57 |
| A. Deveres do Director do Torneio | |
| B. Rectificação de um erro | |
| C. Erro do Director do Torneio | |
| ART 83 - NOTIFICAÇÃO DO DIREITO DE RECURSO..... | pág 57 |
| ART 84 - DECISÕES SOBRE FACTOS ACORDADOS..... | pág 58 |
| A. Não há rectificação. | |
| B. Este Código prevê rectificação | |
| C. Opção do jogador | |
| D. Opção do Director do Torneio | |
| ART 85 - DECISÕES SOBRE FACTOS EM DISCUSSÃO..... | pág 58 |
| A. Avaliação do Director do Torneio | |
| B. Factos não determinados | |
| ART 86 - EM PROVAS POR EQUIPAS OU SIMILARES..... | pág 58 |
| A. Resultado médio em provas por IMPs | |
| B. Resultados ajustados não equilibrados em encontros a eliminar | |
| C. Substituição de carteira | |
| D. Resultado obtido noutra mesa | |
| ART 87 - CARTEIRA ALTERADA..... | pág 59 |
| A. Definição | |
| B. Marcação do resultado | |
| ART 88 - ATRIBUIÇÃO DE PONTOS DE COMPENSAÇÃO..... | pág 59 |
| ART 89 - RECTIFICAÇÕES EM PROVAS INDIVIDUAIS..... | pág 59 |
| ART 90 - PENALIDADES DE PROCEDIMENTO | pág 60 |
| A. Autoridade do Director do Torneio | |
| B. Faltas sujeitas a penalidades de procedimento | |
| ART 91 - PENALIZAR OU SUSPENDER..... | pág 60 |
| A. Poderes do Director do Torneio | |
| B. Direito de desqualificar | |
| ART 92 - DIREITO DE RECURSO..... | pág 60 |
| A. Direito do concorrente | |
| B. Prazo para recurso | |
| C. Como recorrer | |
| D. Acordo entre os recorrentes | |
| ART 93 - PROCEDIMENTOS DE RECURSO..... | pág 61 |
| A. Não há Comissão de Recurso | |
| B. Comissão de Recurso disponível | |
| C. Possibilidades adicionais de recurso | |
| ÍNDICE TEMÁTICO..... | pág 62 |

INTRODUÇÃO AO CÓDIGO INTERNACIONAL DE BRIDGE DE 2007

Este Código visa definir os procedimentos correctos e providenciar remédios adequados em caso de desvios. O seu propósito primário não é o de punir irregularidades mas sim o de rectificar situações em que os não infractores poderiam de outro modo ser prejudicados. Os jogadores devem estar preparados para aceitar de bom modo qualquer rectificação ou resultado ajustado atribuído pelo Director do Torneio.

Ao longo dos últimos dez anos o bridge sofreu uma grande evolução e não existem sinais de que essas mudanças tenham parado. A tarefa com que a Comissão de Redacção se confrontou foi a de assegurar que o Código fosse actualizado de forma a responder às mudanças verificadas e a definir uma estrutura que possa dar resposta a desenvolvimentos futuros.

Aos Directores de Torneio foram dados poderes consideravelmente mais discricionários. Existem menos penalidades automáticas: foram substituídas pelo conceito de rectificação de uma situação que desafortunadamente ocorreu. O bridge é jogado de maneiras diferentes em países diferentes, por isso este Código dá mais poder às Autoridades Reguladoras para definirem regulamentos de controlo. Isto é particularmente assim na área dos Entendimentos Especiais entre Parceiros, em si próprio já um novo conceito. As vozes artificiais são uma realidade e por isso fez-se uma tentativa para dar solução aos problemas, ou para permitir às Autoridades Reguladoras solucionar os problemas que surgem quando algo corre mal.

Tentámos clarificar as áreas de responsabilidade das Autoridades Reguladoras, Organizadores de Torneio e Directores de Torneio e tornou-se claro que certas responsabilidades podem ser atribuídas ou delegadas.

Muitos títulos presentes no Código de 1997 foram eliminados com vista a simplificar a sua apresentação. Nos casos em que os títulos permaneceram não limitam a aplicação de nenhum Artigo, tal como a omissão de uma referência remissiva não o faz.

Manteve-se a linguagem em vigor no que diz respeito às seguintes expressões:

'pode' fazer ('may do' no original) – não o fazer não é considerado errado.

'faz' ('does') – estabelece o procedimento correcto sem sugerir que a sua violação seja penalizada.

'deve' fazer ('should do') – deixar de o fazer é uma infracção que põe em causa os direitos do infractor mas que muitas vezes não é sujeito a penalidade.

'fará' ('shall do') – deixar de o fazer implicará na maior parte das vezes uma penalidade por procedimento.

'tem que' ('must do') – a palavra mais forte, matéria claramente grave.

'não pode' ('must not') – é a proibição mais forte.

'não deve' ('may not') – segunda forma negativa mais forte, perto de 'não pode'.

'não deverá' ('shall not') – menos forte que as formas negativas anteriores.

Para evitar dúvidas, esta Introdução e as definições que se seguem fazem parte integrante do Código. Finalmente, e a menos que o contexto dite claramente o contrário, o singular inclui o plural e o masculino inclui o feminino, e vice-versa.

DEFINIÇÕES

Adversário (opponent) - Um jogador da outra linha; um membro do par contra o qual se está a jogar.

Alerta (alert)- Chamada de atenção aos adversários para a possível necessidade de uma explicação. O procedimento a seguir pode ser especificado pela Autoridade Reguladora.

Anunciar - Dar uma voz.

Anulado(a) (cancelled) - ver 'Retirado(a)'

ASD (RHO) - Adversário situado à direita de um jogador.

ASE (LHO) - Adversário situado à esquerda de um jogador.

Assistir (follow suit) - Jogar uma carta do naipe de ataque duma vaza.

Ataque (lead)- A primeira carta jogada numa vaza.

Baralho (pack) - O conjunto de 52 cartas com o qual se joga.

Cabide (undertrick) - Cada vaza que falta ao declarante para o cumprimento do contrato (cf. ART 77).

Campo (side)- Dois jogadores que numa mesa constituem um par contra os outros dois jogadores.

Carta Penalizada (penalty card) - Carta sujeita ao disposto no ART 50.

Carta Pequena - Um 2,3,4,5,6,7,8 ou 9 de qualquer naipe.

Carteio -

1. (*play* - 2) Conjunto de jogadas feitas.

2. (*play* - 3) Período durante o qual as cartas são jogadas.

Carteira (board) -

1. Uma carteira tal como é descrita no ART 2.

2. As quatro mãos tal como foram originalmente dadas e colocadas numa carteira para serem jogadas no decurso de uma sessão (também referida como 'jogo' ou 'mão').

Cheleme (slam) - Contrato para ganhar seis vazas de contrato (chamado Pequeno Cheleme), ou para ganhar sete vazas de contrato (chamado Grande Cheleme).

Concorrente (contestant) - Numa prova individual, um jogador; numa prova de pares, dois jogadores que formam um par ao longo da competição; numa prova de equipas, quatro ou mais jogadores que constituem uma equipa.

Contrato (contract) - O compromisso assumido pela linha do declarante de ganhar, na denominação anunciada, pelo menos o número de vazas de contrato especificadas na declaração final, quer seja não dobrado, dobrado, ou redobrado (cf. ART 22).

Dador - Jogador a quem cabe o direito de dar a primeira voz do leilão.

Declaração (bid) - Compromisso assumido de ganhar um número especificado (designado por nível) de vazas de contrato numa determinada denominação.

Declarante (declarer) - O jogador que, pertencendo à linha que efectuou a declaração final, primeiro declarou a denominação final. Ele torna-se declarante quando a carta de saída é virada para cima (ver porém o ART 54A quando existe saída fora de vez).

Defensor (defender) - Qualquer dos dois adversários do (presumível) declarante.

Denominação (denomination) - O naipe ou sem trunfo especificado numa declaração.

Director do Torneio - Pessoa nomeada para supervisionar uma competição de Bridge e aplicar este Código.

Distribuição/Distribuir -

1. (*deal* - 1) Acto de repartir as 52 cartas de um baralho pelos 4 jogadores.

2. Forma como os naipes estão divididos numa determinada mão.

Dobre (double) - Voz sobre uma declaração de um adversário, aumentando o valor do resultado de contratos cumpridos ou derrotados (cf. ARTs 19A e 77).

Equipa (team) - Dois ou mais pares jogando em linhas diferentes, Norte-Sul e Este-Oeste, em mesas diferentes, mas para um resultado comum (regulamentos específicos podem permitir equipas de mais do que quatro jogadores).

Extemporâneo(a)- Diz-se da voz dada ou carta jogada fora de vez, i.e., antes do ASD ter falado ou jogado.

Extrínseco (extraneous) - Algo que não faz parte dos procedimentos legais do jogo.

Honra (honour) - Qualquer Ás, Rei, Dama, Valeta ou 10.

IMP (International Match Point)- Unidade de marcação de resultado atribuída de acordo com a tabela constante do ART 78B.

Infracção (infraction) - Uma violação deste Código ou de um regulamento aplicável por parte de um jogador.

Irregularidade (irregularity) - Desvio em relação aos procedimentos correctos incluindo, mas não limitados a, os que envolvem uma infracção por um jogador.

Jogada (play - 1)- O acto de contribuir com uma carta para uma vaza, incluindo a primeira carta que é o ataque.

Jogo -

1. (*play - 4*) Conjunto das vozes e das jogadas de uma carteira.

2. Acto de jogar.

Leilão (auction) -

1. Processo de determinação do contrato, por meio de vozes sucessivas. Começa quando é dada a primeira voz.

2. Conjunto de vozes dadas (cf. ART 17).

Linha - ver 'Campo'

Mão -

1. (*hand*) As cartas dadas originalmente a um jogador, ou as que lhe restam.

2. O conjunto inicial das quatro mãos de um jogo.

3. (*deal - 2*) Unidade constituída pelas cartas distribuídas, pelo leilão e pelo carteio num determinado jogo.

4. *Ter a mão* - Direito de atacar para uma determinada vaza.

Métodos - Conjunto de entendimentos entre parceiros

Morto (dummy) -

1. Parceiro do declarante. Torna-se o morto quando a carta de saída é exposta com a face à vista.

2. As cartas do parceiro do declarante, uma vez expostas na mesa a seguir à saída.

Naípe (suit) - Um dos quatro grupos de cartas do baralho, sendo cada grupo composto por treze cartas e caracterizado por um símbolo diferente: espadas (♠), copas (♥), ouros (♦) e paus (♣).

Nível - Número de vazas de contrato especificado numa declaração ou num contrato.

Par - Dois jogadores que jogam em conjunto.

Parceiro (partner) - O jogador com quem se joga numa linha, contra os outros dois jogadores à mesa.

Parcial (partscore) - 90 ou menos pontos de contrato marcados numa mão.

Partida (game) - 100 ou mais pontos de contrato marcados numa mão.

Passe (pass) - Voz especificando que, dessa vez, o jogador não escolheu declarar, dobrar ou redobrar.

Penalidade (penalty) (ver também '*rectificação*') - Existem penalidades de dois tipos:

- *disciplinar (disciplinary)* - as que são aplicadas para a manutenção da cortesia e boa ordem (cf. ART 91)

- *de procedimento (procedural)* - penalidades (cumulativas com uma rectificação) atribuídas por critério do Director do Torneio em caso de irregularidades de procedimento (cf. ART 90).

Período de Carteio (play period) - Começa quando numa mão a carta de saída é virada para cima; os direitos e poderes dos concorrentes no período de carteio expiram de acordo com o previsto no Artigo relevante. O período de carteio propriamente dito acaba quando as cartas são retiradas das bolsas para a mão seguinte (ou se for a última carteira de uma posição, quando for retirada).

Ponto de Encontro (matchpoint) - Unidade de marcação de resultado atribuída a um concorrente, como resultado da comparação com um ou mais resultados de outros concorrentes na mesma mão (cf. ART 78A).

Pontos de Vaza (trick points) - Pontos obtidos pela linha do declarante por ter cumprido o contrato (cf. ART 77).

Pontos de Prémio (premium points) - Todos os pontos ganhos para além dos pontos de vaza (cf. ART 77).

Pontos Totais - Pontos obtidos por uma linha, de acordo com o ART 77.

Posição

1. (*round*) Parte de uma sessão jogada sem que haja movimentação de jogadores.

2. Linha e mesa em que os jogadores estão sentados.

Prova (event) - Competição com uma ou mais sessões.

Psíquico (psychic call) - Voz que fornece deliberadamente informação significativamente errónea sobre a força da mão em honras e/ou comprimento de naipes.

Recolhida (retracted) - ver 'Retirado(a)'.
Rectificação (rectification) - Medida a ser aplicada para remediar uma irregularidade que tenha chegado ao conhecimento do Director do Torneio.

Redobre (redouble) - Voz sobre um dobre do adversário, aumentando o valor do resultado de contratos cumpridos ou derrotados (cf. ARTs 19B e 77).

Renúncia - Jogada de uma carta de naipe diferente por um jogador que pode assistir ou que pode cumprir uma determinada penalidade (cf. ART 61A).

Resultado Ajustado (adjusted score) - Um resultado atribuído pelo Director do Torneio (cf. ART 12). Pode ser 'artificial' ou 'de substituição'.

1. Um resultado ajustado 'artificial' é uma pontuação atribuída quando nenhum resultado pôde ser obtido ou estimado numa determinada mão (por exemplo, quando uma irregularidade impediu o jogo de uma mão).

2. Um resultado ajustado de 'substituição' é aquele que é atribuído, após uma irregularidade, a uma ou a ambas as linhas, em vez do resultado efectivamente obtido.

Retirado(a) (withdrawn) - As acções ditas "retiradas" incluem acções "anuladas" e cartas "recolhidas".

Rotação (rotation) -

1. Progressão no sentido dos ponteiros do relógio da vez de dar uma voz ou de jogar uma carta.

2. A ordem, também no sentido dos ponteiros do relógio, segundo a qual se recomenda que as cartas sejam distribuídas uma a uma.

Saída (opening lead) - Ataque para a primeira vaza.

Sessão (session) - Período alargado de jogo, durante o qual um certo número de mãos, especificado pelo Organizador do Torneio, é fixado para ser jogado (pode ter significados diferentes conforme os ARTs 4, 12C2 e 91).

Torneio - ver 'Prova'

Trunfo (trump) - Cada carta da denominação do contrato, se esta for um naipe.

Vaza (trick) - A unidade através da qual o resultado do contrato é determinado. Se não houver irregularidade consiste em quatro cartas, fornecidas uma por cada jogador, em rotação, sendo a primeira o ataque.

Vaza a Mais (overtrick) - Cada vaza ganha pelo declarante acima do contrato.

Vaza de Contrato (odd trick) - Cada a vaza ganha pelo declarante acima das primeiras seis.

Vez (turn) - Altura correcta em que um jogador pode dar uma voz ou jogar uma carta.

Voz (call) - Qualquer declaração em naipe ou em sem trunfo, dobre, redobre ou passe.

Voz Artificial (artificial call) - É uma declaração, dobre ou redobre que transmite informação (não subentendida de uma forma geral pelos jogadores) diferente da vontade de jogar na denominação nomeada ou na nomeada na última vez; pode ainda ser um *passe* que prometa mais que uma determinada força ou que prometa ou negue valores não relacionados com o último naipe nomeado.

Vulnerabilidade (vulnerability) - As condições para atribuição de prémios e multas por cabides (cf. ART 77).

ART 1**O BARALHO - ORDENAÇÃO DE CARTAS E NAIPES**

O Bridge é jogado com um baralho de 52 cartas, formado por 13 cartas em cada um dos quatro naipes. Estes classificam-se pela seguinte ordem decrescente: espadas (♠), copas (♥), ouros (♦), paus (♣). As cartas de cada naipe classificam-se pela seguinte ordem decrescente de valores: Ás, Rei, Dama, Valete, 10, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2.

ART 2**AS CARTEIRAS**

Para cada mão a ser jogada durante uma sessão é fornecida uma carteira contendo um baralho. Cada carteira está numerada e tem quatro bolsos, designados por Norte, Este, Sul e Oeste, destinados a conter as quatro mãos. O dador e a vulnerabilidade são estabelecidos da seguinte forma:

| | | | | | |
|-----------------------|-----------|---|---|----|----|
| Dador Norte | carteiras | 1 | 5 | 9 | 13 |
| Dador Este | carteiras | 2 | 6 | 10 | 14 |
| Dador Sul | carteiras | 3 | 7 | 11 | 15 |
| Dador Oeste | carteiras | 4 | 8 | 12 | 16 |
| Ninguém Vulnerável | carteiras | 1 | 8 | 11 | 14 |
| Norte-Sul Vulnerável | carteiras | 2 | 5 | 12 | 15 |
| Este-Oeste Vulnerável | carteiras | 3 | 6 | 9 | 16 |
| Todos Vulneráveis | carteiras | 4 | 7 | 10 | 13 |

Idêntica sequência é repetida para as carteiras 17 a 32 e para cada subsequente grupo de 16 carteiras.

Uma carteira que não respeite estas condições não deve ser usada. Contudo, se o for, as indicações nela expressas serão aplicadas nessa sessão.

ART 3**DISPOSIÇÃO DAS MESAS**

Em cada mesa jogam quatro jogadores, sendo as mesas numeradas numa sequência estabelecida pelo Director do Torneio, que designa uma direcção como Norte; os demais pontos cardeais assumem as posições normais relativamente a Norte.

ART 4**PARES**

Em cada mesa, os quatro jogadores constituem dois pares ou linhas: Norte-Sul contra Este-Oeste. Em provas de pares ou de equipas, os concorrentes inscrevem-se como pares ou como equipas respectivamente, mantendo cada par a sua constituição ao longo de uma sessão (excepto no caso de substituições autorizadas pelo Director do Torneio). Em provas individuais, cada jogador inscreve-se separadamente e a constituição dos pares altera-se no decurso de uma sessão.

ART 5

ATRIBUIÇÃO DE LUGARES

A. Posição inicial

No começo de uma sessão, o Director do Torneio atribui a cada concorrente (individual, par ou equipa) uma posição inicial. Salvo instrução em contrário, os membros de cada par ou equipa podem distribuir entre si os lugares que foram destinados a esse par ou equipa. Após escolher uma linha, um jogador só a poderá alterar nessa sessão por instrução ou com autorização do Director do Torneio.

B. Mudança de linha ou de mesa

Os jogadores mudam de linha ou de mesa, de acordo com as instruções do Director do Torneio, que é responsável pela transmissão clara destas. Cada jogador é responsável pela sua movimentação quando e como ordenado, bem como pela ocupação do lugar correcto após cada mudança.

ART 6

DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS

A. Baralhar

Antes do jogo começar, cada baralho é cuidadosamente baralhado. Há lugar a um corte, caso um dos adversários o solicite.

B. Dar as cartas

As cartas têm de ser dadas com a face para baixo, uma a uma, em quatro mãos de treze cartas cada; cada mão é então colocada com a face para baixo em cada um dos quatro bolsos da carteira. O procedimento recomendado é que as cartas sejam dadas em rotação.

C. Representação dos dois pares

A menos que o Director do Torneio decida de outra forma, durante a distribuição das cartas deve estar presente um membro de cada par.

D. Repetição da distribuição das cartas

1. Se se apurar antes do começo do primeiro leilão de uma determinada mão que as cartas foram dadas de forma incorrecta ou que durante o baralhar e dar algum jogador possa ter visto uma carta pertencendo a outro jogador, as cartas serão baralhadas e dadas de novo.

Depois disso, no caso de ser vista acidentalmente uma carta pertencente a outro jogador antes do fim do carteio, aplica-se o ART 16C (cf. porém ART 24). Uma mão dada de forma irregular é uma mão falseada, e para qualquer outra irregularidade consulte-se o artigo relevante.

2. A menos que o objectivo do torneio seja o de jogar mãos de torneios anteriores, nenhum resultado se pode manter se as cartas forem distribuídas sem terem sido baralhadas ou se a mão for proveniente de outra sessão (estas disposições não impedem arranjos, quando julgados convenientes, para a mudança dos jogos entre mesas).

3. Sem prejuízo do ART 22A, tem de se proceder a nova distribuição de cartas quando tal for exigido pelo Director do Torneio por qualquer razão compatível com este Código (no entanto, cf. ART 86C).

E. Opções do Director do Torneio quanto à distribuição das cartas

1. O Director do Torneio pode instruir no sentido de a distribuição das cartas ser executada em cada mesa imediatamente antes do começo do jogo.

2. O Director do Torneio pode ele próprio executar esta operação antecipadamente.

3. O Director do Torneio pode destacar assistentes seus ou outros representantes nomeados, para executarem antecipadamente esta operação.

4. O Director do Torneio pode requerer outro método para a distribuição (ou pré-distribuição) das cartas, de modo a obter os mesmos resultados totalmente aleatórios que resultariam da aplicação das secções A e B acima descritas..

F. Duplicação das mãos

Se as condições de jogo o exigirem, podem ser preparadas, sob instruções do Director do Torneio, uma ou mais cópias exactas de cada mão original. Quando ele der tais instruções, não haverá normalmente nova distribuição das cartas (apesar de o Director do Torneio ter poderes para o fazer).

ART 7

MANUSEAMENTO DAS CARTEIRAS E DAS CARTAS

A. Colocação da carteira

Quando uma carteira vai ser jogada, é colocada no centro da mesa, aí permanecendo até essa mão terminar.

B. Remoção das cartas da carteira

1. Cada jogador retira da carteira a mão do bolso correspondente ao seu ponto cardeal.
2. Cada jogador conta as suas cartas, faces para baixo, certificando-se de que tem exactamente treze; depois disso, e antes de anunciar, tem de observar primeiro as faces das suas cartas.
3. Durante o jogo, cada jogador mantém a posse das suas cartas, não permitindo que se misturem com as de qualquer outro jogador. Durante ou após o jogo, nenhum jogador tocará em qualquer outra carta além das suas, excepto se autorizado pelo Director do Torneio (podendo no entanto o declarante jogar cartas do morto, da forma indicada no ART 45).

C. Reposição das cartas na carteira

Após terminado o jogo, cada jogador deve baralhar as suas treze cartas originais, após o que as reporá na carteira no bolso correspondente ao seu ponto cardeal. Após isso, nenhuma mão será retirada da carteira sem a presença de um jogador de cada par ou do Director do Torneio.

D. Responsabilidade pelos procedimentos

Qualquer concorrente que permaneça na mesma mesa durante uma sessão é primariamente responsável pela manutenção das condições de jogo adequadas nessa mesa.

ART 8

SEQUÊNCIA DAS POSIÇÕES

A. Movimentação das carteiras e dos jogadores

1. O Director do Torneio dá instruções aos jogadores acerca das movimentações correctas das carteiras e dos concorrentes.
2. Salvo disposição em contrário por parte do Director do Torneio, o jogador situado em Norte é o responsável pela movimentação das carteiras jogadas na sua mesa para a mesa correspondente à posição seguinte.

B. Fim da posição

1. Em geral, uma posição termina quando o Director do Torneio dá o sinal para o começo da posição seguinte; contudo, se nessa altura alguma das mesas ainda não tiver acabado de jogar, a posição continua para essa mesa até que haja movimentação de jogadores.
2. Quando o Director do Torneio exercer a sua autoridade no sentido de adiar o jogo de uma mão, para essa mão a posição não acaba para os jogadores envolvidos até a mesma ter sido jogada e o resultado acordado e registado ou o Director do Torneio a ter anulado.

C. Fim da última posição e fim da sessão

A última posição de uma sessão, bem como a própria sessão, termina, para cada mesa, quando todas as carteiras programadas para essa mesa tiverem sido jogadas e os respectivos resultados registados, sem objecções, nas fichas correspondentes.

ART 9

PROCEDIMENTO NA SEQUÊNCIA DE UMA IRREGULARIDADE

A. Chamada de atenção para uma irregularidade

1. A menos que proibido por este Código, qualquer jogador pode chamar a atenção para uma irregularidade que ocorra durante o período do leilão, seja ou não a sua vez de anunciar.
2. A menos que proibido por este Código, tanto o declarante como qualquer dos defensores podem chamar a atenção para uma irregularidade que ocorra durante o período do carteio. No caso de uma carta apontada incorrectamente, cf. ART 65B3.
3. Quando ocorrer uma irregularidade, o morto não pode chamar a atenção para ela durante o período do carteio mas pode fazê-lo após ele ter terminado. No entanto, qualquer jogador, incluindo o morto, pode tentar evitar que outro jogador cometa uma irregularidade (mas no caso do morto sujeito aos ARTs 42 e 43).
4. Não existe a obrigação de chamar a atenção para uma infracção cometida pelo próprio campo (ver porém ART 20F5 sobre a correcção de uma explicação do parceiro aparentemente errónea).

B. Após a chamada de atenção para uma irregularidade

- 1.(a) O Director do Torneio deve ser convocado imediatamente quando é chamada a atenção para uma irregularidade.
 - (b) Qualquer jogador, incluindo o morto, pode solicitar a presença do Director do Torneio, depois de ter sido chamada a atenção para uma irregularidade.
 - (c) O acto de chamar o Director do Torneio não provoca a perda de qualquer direito de que, de outro modo, o jogador seria titular.
 - (d) O facto de um jogador chamar a atenção para uma irregularidade cometida pela sua linha não afecta os direitos dos adversários.
2. Nenhum jogador realizará qualquer acção antes do Director do Torneio ter explicado tudo quanto diga respeito à rectificação da irregularidade.

C. Correcção prematura de uma irregularidade

Qualquer correcção prematura de uma irregularidade por parte do infractor pode sujeitá-lo a uma rectificação adicional (cf. restrições de ataque no ART 26).

ART 10

APLICAÇÃO DE UMA RECTIFICAÇÃO

A. Direito a determinar rectificações

Apenas o Director do Torneio tem o direito de determinar rectificações, quando aplicáveis. Os jogadores não têm o direito de, por iniciativa própria, determinar (ou suprimir - cf. ART 81C5) rectificações.

B. Cancelamento da aplicação de rectificações ou da renúncia às mesmas

O Director do Torneio pode permitir ou anular qualquer aplicação de uma rectificação ou da renúncia à mesma decidida pelos jogadores sem a sua intervenção.

C. Escolha após uma irregularidade

1. Quando na sequência de uma irregularidade o presente Código proporcionar uma escolha, o Director do Torneio exporá todas as opções disponíveis.
2. Se, na sequência de uma irregularidade, um jogador puder optar, ele tem que escolher sem consultar o parceiro.
3. Quando o presente Código proporcionar à linha não infractora uma escolha após uma irregularidade cometida por um adversário, é correcto seleccionar a mais vantajosa.
4. Salvo o disposto no ART 16D2, depois da rectificação de uma irregularidade é permitido aos infractores dar uma voz ou jogar de forma vantajosa para o seu campo, mesmo que aparentem assim beneficiar da sua própria infracção (ver porém ARTs 27 e 50).

ART 11

PERDA DO DIREITO A RECTIFICAÇÃO

A. Acção da linha não infractora

O direito à rectificação de uma irregularidade pode ser perdido se qualquer dos membros da linha não infractora realizar qualquer acção antes da chamada do Director do Torneio. O Director do Torneio assim decidirá, por exemplo, quando a linha não infractora puder ter beneficiado da acção subsequente de um adversário na ignorância do disposto neste Código.

B. Penalidade após perda do direito a rectificação

Mesmo após o direito a rectificação ter sido perdido nos termos deste ART, o Director do Torneio pode fixar uma penalidade de procedimento (cf. ART 90).

ART 12

PODERES DISCRICIONÁRIOS DO DIRECTOR DO TORNEIO

A. Direito de atribuição de um resultado ajustado

Por solicitação de um jogador dentro do período estabelecido no ART 92B, ou por sua própria iniciativa, o Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado quando este Código lhe conferir poderes para tal (em provas por equipas ver ART 86). Isto inclui:

1. O Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado quando entender que, para o tipo particular de infracção cometida por um adversário, este Código não fornece compensação correcta para o concorrente não infractor.
2. O Director do Torneio atribui um resultado ajustado artificial se não for possível uma rectificação que permita o jogo normal da mão (ver C2 abaixo).
3. O Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado se tiver havido uma rectificação incorrecta de uma irregularidade.

B. Objectivos do ajuste do resultado

1. O objectivo do ajuste do resultado é reparar o prejuízo de um campo não infractor e eliminar qualquer vantagem que o campo infractor possa ter obtido através da infracção. Existe prejuízo quando, devido a uma infracção, um campo inocente obtém um resultado menos favorável do que seria expectável se não tivesse existido infracção (porém cf. C1(b)).
2. O Director do Torneio não pode atribuir um resultado ajustado com o fundamento de a rectificação prevista neste Código ser excessivamente severa ou vantajosa para qualquer das linhas.

C. Atribuição de um resultado ajustado

1.(a) Quando após uma irregularidade o Director do Torneio tiver poderes através deste Código para ajustar um resultado e conseguir atribuir um resultado ajustado de substituição, ele fá-lo-á. Tal resultado substitui o resultado verificado no jogo.

(b) Se, no seguimento de uma irregularidade, a linha não infractora tiver contribuído em seu próprio prejuízo através de um erro grave (não relacionado com a infracção) ou por meio de uma acção insensata ou arriscada, ela não recebe compensação no ajuste por essa parte do prejuízo, porque é auto-infligido. À linha infractora deve ser atribuído o resultado que decorre apenas da sua infracção.

(c) Para respeitar a equidade, e a menos que a Autoridade Reguladora o proíba, a atribuição de um resultado ajustado deve ser avaliada de modo a reflectir as probabilidades de um certo número de resultados potenciais.

(d) Se as possibilidades são numerosas ou não óbvias, o Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado artificial.

(e) A Autoridade Reguladora pode aplicar em vez de (c) os procedimentos seguintes, total ou parcialmente, de forma discricionária:

(i) O resultado atribuído para o campo não infractor, em vez do resultado verificado, será o resultado mais favorável que seria provável acontecer se não tivesse ocorrido uma irregularidade.

(ii) Para o campo infractor o resultado a atribuir será o mais desfavorável de entre os prováveis.

(f) Os resultados atribuídos aos dois lados não têm que se equilibrar.

2.(a) Sempre que, em consequência de uma irregularidade, não seja possível a obtenção de um resultado (ver ART C1(d)), o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado artificial que será, de acordo com a responsabilidade pela irregularidade: menos que a média (em torneios de pares, no máximo 40% dos pontos de encontro disponíveis) a um concorrente directamente em falta; a média (em torneios de pares, 50%) a um concorrente apenas parcialmente em falta; mais que a média (em torneios de pares, pelo menos 60%) para um concorrente de modo algum em falta.

(b) Quando o Director do Torneio atribuir um resultado artificial ajustado superior ou inferior à média em IMPs, esse resultado é normalmente de mais ou menos 3 IMPs, mas tal pode variar dentro do que o ART 86A permite.

(c) O que precede é alterado para um concorrente não infractor que obtenha numa sessão um resultado acima de 60% dos pontos de encontro disponíveis ou para um concorrente infractor que obtenha numa sessão um resultado inferior a 40% dos pontos de encontro disponíveis (ou o equivalente em IMPs). Nesses casos será atribuída ao concorrente a percentagem (ou o equivalente em IMPs) obtida nas restantes mãos dessa sessão.

3. Em torneios individuais o Director do Torneio deverá aplicar igualmente aos dois jogadores do campo infractor as rectificações previstas neste Código, bem como as disposições que requerem a atribuição de resultados ajustados, mesmo que apenas um deles tenha sido responsável pela irregularidade; no entanto o Director do Torneio não deve atribuir uma penalidade de procedimento ao parceiro do infractor caso seja de opinião que ele não é de modo nenhum culpado.

4. Quando o Director do Torneio atribuir um resultado ajustado não equilibrado num encontro a eliminar, o resultado na mão de cada linha é calculado separadamente e é atribuída a cada um a média de ambos.

ART 13

NÚMERO INCORRECTO DE CARTAS

A. O Director do Torneio considera o jogo normal

Quando o Director do Torneio estabelecer que uma ou mais mãos da carteira continha um número incorrecto de cartas (porém cf. ART 14) e que um jogador com uma mão incorrecta deu uma voz, a mão poderá ser jogada sem alteração da voz sempre que o Director do Torneio considerar que ela pode ser corrigida. No fim do carteio o Director do Torneio poderá atribuir um resultado ajustado.

B. Resultado ajustado e possível penalidade

Caso contrário, quando tiver havido uma voz, o Director do Torneio deve atribuir um resultado ajustado e pode penalizar o infractor.

C. Carteio completado

Quando se verificar no fim do carteio que a mão de um jogador continha mais de 13 cartas, tendo outro jogador menos (porém cf. ART 13F), o resultado deve ser anulado e atribuído um resultado ajustado (pode-se aplicar o ART 86D). Qualquer infractor é passível de uma penalidade de procedimento.

D. Não houve voz

Se um jogador tiver um número incorrecto de cartas e não tiver dado nenhuma voz:

1. O Director do Torneio corrigirá a discrepância, e, se nenhum jogador tiver visto qualquer carta de outro, manda jogar a mão normalmente.

2. Quando o Director do Torneio verificar que um ou mais bolsos da carteira continha um número incorrecto de cartas e que um jogador viu uma ou mais cartas de outro jogador, se o Director do Torneio julgar que:

(a) A informação não autorizada provavelmente não interfere com o leilão e carteio normais, ele permitirá que a mão seja jogada e o resultado registado; se posteriormente o Director do Torneio considerar que a informação afectou o desenrolar da mão, deve ajustar o resultado e pode penalizar o infractor.

(b) A informação não autorizada assim obtida é suficientemente importante para interferir com o leilão ou o carteio normais, o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado artificial e poderá penalizar o infractor.

E. Colocação ou deslocação de carta

Quando no âmbito deste artigo o Director do Torneio decidir pela continuação do jogo, o conhecimento da colocação ou deslocação de uma carta pelo Director do Torneio é considerado informação não autorizada para o parceiro do jogador cuja mão continha um número incorrecto de cartas.

F. Excesso de carta(s)

Qualquer carta em excesso que não faça parte da mão é retirada se descoberta. O leilão e o carteio continuam sem alteração. Se tal carta tiver sido jogada para uma vaza fechada, pode ser atribuído um resultado ajustado.

ART 14

FALTA DE UMA CARTA

A. Mão incompleta descoberta antes do começo do carteio

Quando se constatar, antes de ser mostrada a carta de saída, que uma ou mais mãos contêm menos de 13 cartas sem que nenhuma mão tenha mais de 13, o Director do Torneio procurará a(s) carta(s) em falta e:

1. Qualquer carta que seja encontrada será restituída à mão incompleta.
2. Se alguma das cartas não for encontrada, o Director do Torneio reconstruirá a mão utilizando outro baralho.
3. O leilão e o carteio continuarão normalmente, sem alteração de qualquer voz dada, partindo-se do princípio de que a mão recomposta continha todas as suas cartas desde o início.

B. Mão incompleta descoberta posteriormente

Quando se verificar, em qualquer altura após ser mostrada a carta de saída (até ao fim do período de rectificação), que uma ou mais mãos continham menos de 13 cartas, sem que nenhuma mão tivesse mais de 13, o Director do Torneio procurará as cartas em falta e:

1. Se a carta for encontrada entre as que já foram jogadas, aplica-se o ART 67.
2. Se a carta for encontrada em qualquer outro local, recompõe-se a mão defeituosa; podendo ser aplicadas rectificações ou penalidades (ver ponto 4. a seguir).
3. Se não se encontrar a carta, reconstrói-se a mão utilizando outro baralho; podendo ser aplicadas rectificações ou penalidades (ver ponto 4. a seguir).
4. Qualquer carta restituída a uma mão nos termos da Secção B deste artigo é considerada como tendo pertencido desde o início à mão defeituosa; pode assim tornar-se uma carta penalizada (ART 50), bem como constituir uma renúncia caso não tenha sido jogada na altura própria.

C. Informação resultante da reposição de uma carta

O conhecimento da reposição de uma carta é considerado informação não autorizada para o parceiro de um jogador cuja mão continha um número incorrecto de cartas.

ART 15

JOGO DE UMA CARTEIRA ERRADA

A. A carteira não tinha sido previamente jogada por qualquer dos jogadores

Se os jogadores jogarem uma carteira que não lhes era destinada na posição em curso (porém ver C):

1. Se nenhum dos quatro jogadores tiver jogado previamente essa carteira, o Director do Torneio permite, em regra, a manutenção do resultado.
2. O Director do Torneio poderá decidir que ambos os pares joguem posteriormente a carteira correcta, um contra o outro.

B. Um ou mais jogadores tinham jogado anteriormente essa carteira

Se algum jogador jogar uma carteira que tiver jogado anteriormente, contra os adversários certos ou não, o seu segundo resultado nessa mão é anulado, tanto para o seu campo como para os adversários, e o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado artificial aos concorrentes privados da obtenção de um resultado válido.

C. O erro é descoberto durante o período do leilão

Se durante o período do leilão o Director do Torneio descobrir que um jogador está a jogar uma carteira que não lhe era destinada na posição em curso, anulará o leilão e certificar-se-á que os competidores correctos se sentem à mesa e que sejam informados dos seus direitos, tanto nesse momento como em futuras posições. Começará um segundo leilão. Os jogadores que deram vozes no primeiro leilão terão de as repetir; se alguma voz diferir, de qualquer modo, da voz correspondente dada no primeiro leilão, o Director do Torneio anulará a mão; caso contrário, o leilão e o carteio continuarão normalmente. O Director do Torneio poderá atribuir uma penalidade de procedimento (e um resultado ajustado) caso considere que existiu uma tentativa propositada por qualquer dos campos de impedir o desenrolar normal da mão.

ART 16

INFORMAÇÃO AUTORIZADA E NÃO AUTORIZADA

A. Uso de informação pelos jogadores

1. Um jogador pode utilizar informação no leilão ou no carteio se:

(a) ela derivar de vozes ou jogadas legais da mão em curso (incluindo vozes ou jogadas ilegais que tenham sido aceites) e não tiver sido afectada por informação não autorizada proveniente de outra fonte; ou

(b) for informação autorizada resultante de uma acção retirada (ver D); ou

(c) for uma informação especificada como autorizada em algum artigo ou regulamento, ou, quando não especificado de outro modo, for informação proveniente de procedimentos legais autorizados neste Código e em regulamentos (ver porém B1 a seguir); ou

(d) for informação que o jogador possua antes de retirar a sua mão da carteira (ART 7B) e este Código não o impeça de usar essa informação.

2. Os jogadores podem também tomar em consideração a estimativa da sua pontuação na prova, as características dos seus opositores e qualquer requisito dos regulamentos do torneio.

3. Nenhum jogador pode basear uma voz ou jogada em qualquer outra informação (tal informação é designada por extrínseca).

4. Caso uma violação deste artigo cause prejuízo, o Director do Torneio ajustará o resultado de acordo com o ART 12C.

B. Informação extrínseca proveniente do parceiro

1.(a) Após um jogador tornar disponível ao parceiro informação extrínseca que possa sugerir alguma voz ou jogada, como por exemplo uma observação, uma pergunta, uma resposta a uma pergunta, um alerta ou ausência de alerta inesperado*, ou através de hesitação inequívoca, rapidez invulgar, ênfase particular, entoação, gesto, movimento ou maneirismo, o parceiro não pode escolher, de entre as alternativas lógicas, nenhuma que possa manifestamente ter sido sugerida por essa informação extrínseca.

(b) Uma acção alternativa lógica é a que, na classe de jogadores em questão e usando os mesmos métodos do par, teria sido seriamente considerada por uma parte significativa desses jogadores, alguns dos quais se considera que a poderiam ter seleccionado.

2. Quando um jogador considerar que um adversário tornou disponível tal informação e que daí possa ter resultado algum prejuízo, é-lhe permitido declarar que se reserva o direito de chamar mais tarde o Director do Torneio (a menos que os regulamentos da Autoridade Reguladora o proibam, caso em que o Director do Torneio deve ser chamado); se os adversários contestarem o facto de que possa ter sido transmitida alguma informação não autorizada, devem chamar imediatamente o Director do Torneio.

* i.e., inesperado em relação à base da sua acção

3. Se um jogador tiver fortes razões para crer que um adversário que tinha uma alternativa lógica escolheu uma acção que possa ter sido sugerida por tal informação, deve chamar o Director do Torneio no fim do carteio*. O Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado (cf. ART 12C) caso considere que uma infracção beneficiou o infractor.

C. Informação extrínseca proveniente de outras fontes

1. Quando um jogador receber acidentalmente informação não autorizada acerca da mão que está a jogar ou de alguma que ainda vá jogar, tal como por ter visto a mão errada, por ter ouvido casualmente vozes, resultados ou observações, por ter visto cartas noutra mesa ou por ter visto uma carta pertencente a outro jogador da sua mesa antes do começo do leilão, o Director do Torneio deverá ser notificado imediatamente, de preferência pelo receptor da informação.

2. Se o Director do Torneio considerar que essa informação é susceptível de interferir com o jogo normal, pode, antes que qualquer voz seja dada:

(a) alterar as posições dos jogadores na mesa, se o tipo de prova e de marcação de resultados o permitir, de forma a que o jogador com informação sobre uma mão fique com ela; ou

(b) ordenar que a mão seja dada de novo para aqueles concorrentes, se o tipo de prova o permitir; ou

(c) permitir que se jogue a mão, ficando preparado para atribuir um resultado ajustado se considerar que a informação não autorizada pôde afectar o seu resultado; ou

(d) atribuir um resultado ajustado artificial.

3. Se tal informação não autorizada tiver sido recebida depois da primeira voz do leilão ter sido dada e antes do fim do carteio, o Director do Torneio procederá tal como em 2(c).

D. Informação proveniente de vozes e jogadas retiradas

Quando uma voz ou jogada tiver sido retirada nos termos deste Código:

1. Para a linha não infractora, é autorizada toda a informação decorrente de acções retiradas, sejam elas suas ou dos adversários.

2. Para a linha infractora, é considerada não autorizada a informação decorrente de acções retiradas, quer suas quer da linha não infractora. Um jogador de uma linha infractora não pode escolher, de entre as acções alternativas lógicas, nenhuma que possa manifestamente ter sido sugerida pela informação não autorizada.

ART 17

PERÍODO DO LEILÃO

A. Começo do período do leilão

O período do leilão de uma mão começa, para uma linha, no momento em que qualquer dos parceiros retira as suas cartas da carteira.

B. A primeira voz

O jogador designado na carteira como dador dá a primeira voz.

C. Vozes subsequentes

O ASE dá a segunda voz. Daí em diante, cada jogador anuncia por sua vez em rotação no sentido dos ponteiros do relógio.

D. Cartas de uma carteira errada

1. Qualquer voz dada por um jogador com cartas que retirou de uma carteira errada é anulada.

2. Depois de ter a mão correcta, o infractor dá de novo uma voz e o leilão prossegue normalmente a partir desse ponto. Se o ASE do infractor tiver anunciado sobre a voz anulada, o Director do Torneio atribuirá resultados ajustados artificiais quando a voz de substituição do infractor diferir** da sua voz anulada (o ASE do infractor tem de repetir a sua voz anterior) ou se o parceiro do infractor tiver dado uma voz sobre a voz anulada.

* Não constitui infracção chamar o Director do Torneio mais cedo ou mais tarde.

** Por exemplo, uma voz de substituição difere se o seu significado for muito diferente ou se for um psíquico.

3. Se o infractor, ao jogar a carteira da qual erradamente retirou as suas cartas, posteriormente repetir a voz, o Director do Torneio pode permitir que essa mão seja jogada normalmente, mas atribuirá resultados ajustados artificiais se a voz do infractor diferir* da que tiver sido anulada.

4. Uma penalidade por procedimento (ART 90) pode ser adicionalmente aplicada após qualquer das rectificações previstas em 2. e 3. acima.

E. Fim do período do leilão

1. O leilão e o período do leilão terminam como estipulado no ART 22.

2. Quando uma voz tiver sido seguida por três passes o leilão não termina se um desses passes tiver sido dado fora de tempo, privando um jogador de falar nessa vez. Quando isto ocorrer o leilão voltará ao jogador que perdeu a sua vez; todos os passes subsequentes são anulados e o leilão prossegue normalmente. Aplica-se o ART 16D às vozes anuladas, sendo qualquer jogador que tenha passado fora de tempo um infractor.

ART 18

DECLARAÇÕES

A. Forma correcta

Uma declaração designa um número de vazas de contrato (vazas para além de seis), de um a sete, e uma denominação (passe, dobre e redobre são vozes mas não são declarações).

B. Cobrir uma declaração

Uma declaração cobre uma declaração anterior se disser respeito ao mesmo número de vazas de contrato mas numa denominação superior ou a um número superior de vazas de contrato em qualquer denominação.

C. Declaração suficiente

Uma declaração que cubra a última declaração precedente diz-se declaração suficiente.

D. Declaração insuficiente

Uma declaração que não cubra a última declaração precedente diz-se declaração insuficiente.

E. Ordenação das denominações

As denominações estão ordenadas decrescentemente da seguinte forma: sem trunfo, espadas, copas, ouros, paus.

F. Métodos diferentes

As Autoridades Reguladoras podem autorizar métodos diferentes de anunciar.

ART 19

DOBRES E REDOBRES

A. Dobres

1. Um jogador só pode dobrar a última declaração precedente. Essa declaração tem que ter sido feita por um adversário, não podendo ter existido de permeio outras vozes que não o passe.

2. Ao dobrar, um jogador não deve referir o nível nem a denominação; a única forma correcta consiste, simplesmente, na palavra "Dobre".

3. Se, ao dobrar, um jogador incorrectamente referir a declaração, o número de vazas de contrato ou a sua denominação, considera-se ter dobrado a declaração tal como foi feita (pode ser aplicado o ART 16).

* Por exemplo, uma voz de substituição difere se o seu significado for muito diferente ou se for um psíquico

B. Redobres

1. Um jogador só pode redobrar o último dobre precedente, o qual terá de ter sido feito por um adversário; não podem ter existido de permeio outras vozes que não o passe.
2. Ao redobrar, um jogador não deve referir o nível nem a denominação; a única forma correcta consiste, simplesmente, na palavra "Redobro".
3. Se, ao redobrar, um jogador incorrectamente referir a declaração dobrada, o número de vazas de contrato ou a denominação, considera-se ter redobrado a declaração tal como foi feita (pode ser aplicado o ART 16).

C. Cobrir um dobre ou um redobre

Qualquer dobre ou redobre é coberto por uma declaração legal subsequente.

D. Marcação de um contrato dobrado ou redobrado

Se uma declaração dobrada ou redobrada não for seguida por uma declaração legal subsequente, o valor do contrato é incrementado como estipulado no ART 77.

ART 20**RECAPITULAÇÃO E EXPLICAÇÃO DE VOZES****A. Voz não reconhecida claramente**

Um jogador que tenha dúvidas sobre a voz que foi dada pode requerer de imediato que ela seja repetida.

B. Recapitulação do leilão durante o período do leilão

Durante o período do leilão, um jogador tem, na sua vez de anunciar, o direito de ver recapituladas* todas as vozes anteriores, a menos que por este Código esteja obrigado a passar; os alertas devem constar dessa recapitulação. Um jogador não pode pedir uma recapitulação parcial das vozes anteriores nem pode parar a recapitulação antes desta ter sido completada.

C. Recapitulação após o passe final

1. Após o passe final, qualquer dos defensores tem o direito de perguntar se lhe cabe a saída (cf. ARTs 47E e 41).
2. O declarante** ou qualquer defensor pode, na sua primeira vez de jogar uma carta, requerer a recapitulação* de todas as vozes do leilão (cf. ARTs 41B e 41C). Tal como em B. supra, um jogador não pode pedir uma recapitulação parcial nem parar a recapitulação.

D. Quem pode recapitular o leilão

O pedido de recapitulação* das vozes será respondido por um único adversário.

E. Correção de erro na recapitulação

Todos os jogadores, incluindo o morto ou qualquer jogador obrigado a passar por este Código, são responsáveis pela pronta correção de erros na recapitulação* do leilão (se uma recapitulação incorrecta causar prejuízo, cf. ART 12C1).

* Quando as vozes não forem dadas verbalmente, quem responde deve assegurar-se que para o adversário que perguntou fica claro quais as vozes que foram dadas.

** A primeira vez para o declarante jogar é do morto, a menos que tenha aceite uma saída fora de vez.

F. Explicação de vozes

1. Durante o leilão e antes do passe final, qualquer jogador pode requerer, mas apenas na sua vez de anunciar, uma explicação sobre as vozes anteriores dos adversários. Tem o direito de receber explicações acerca das vozes efectivamente dadas, de vozes alternativas relevantes disponíveis que não tenham sido dadas, e de inferências relevantes da escolha feita nos casos que envolvam entendimentos do par.

Excepto por instrução do Director do Torneio, as respostas devem ser dadas pelo parceiro do jogador que deu a voz em questão. O parceiro do jogador que coloca uma questão não pode fazer qualquer pergunta suplementar até à sua vez de falar ou jogar. O ART 16 pode ser aplicado e os regulamentos da Autoridade Reguladora podem exigir respostas por escrito.

2. Após o passe final e durante o período de carteio, qualquer defensor pode, na sua vez de jogar, requerer uma explicação acerca do leilão dos adversários. O declarante pode, na sua vez de jogar ou na do morto, requerer uma explicação acerca de vozes ou combinações de carteio dos adversários. As explicações devem ser dadas na mesma base que no ponto 1. e pelo parceiro do jogador cuja acção está a ser explicada.

3. Nos casos dos pontos 1. e 2. supra, um jogador pode informar-se acerca de uma única voz, mas o ART 16B1 pode ser aplicado.

4. Se um jogador posteriormente verificar que a sua própria explicação era errónea ou que estava incompleta, deve chamar imediatamente o Director do Torneio. O Director do Torneio aplicará o ART 21B ou o ART 40B4.

5.(a) Um jogador cujo parceiro tenha dado uma explicação errónea não pode corrigir o erro durante o leilão, nem pode indicar de nenhuma forma que foi cometido um erro. Aqui 'explicação errónea' inclui falta de alerta (ou de comunicação) como os regulamentos exigem ou um alerta (ou uma comunicação) que os regulamentos não exigem.

(b) O jogador deve chamar o Director do Torneio e informar os seus adversários de que, na sua opinião, a explicação do seu parceiro era errónea (cf. ART 75), mas apenas na sua primeira oportunidade legal, que é:

(i) Para um defensor, no fim do carteio.

(ii) Para o declarante ou para o morto, após o último passe do leilão.

6. Se o Director do Torneio considerar que um jogador baseou a sua acção numa informação errónea que recebeu de um adversário, verá, conforme aplicável, o ART 21 ou o ART 47E.

G. Procedimento incorrecto

1. É incorrecto fazer uma pergunta apenas para benefício do parceiro.

2. Excepto quando os regulamentos da Autoridade Reguladora o permitam, um jogador não pode consultar a sua própria folha de convenções e notas durante os períodos de leilão e de carteio (ver porém ART 40B2(b)).

ART 21

VOZ BASEADA EM INFORMAÇÃO ERRÓNEA

A. Voz baseada em engano do próprio

Um jogador não tem direito a rectificação ou reparação quando agir baseado em engano de sua própria responsabilidade.

B. Voz baseada em informação errónea de um adversário

1.(a) Até ao fim do período do leilão e desde que o parceiro não tenha anunciado posteriormente, um jogador pode mudar uma voz, sem outra rectificação para o seu lado, se o Director do Torneio considerar que a decisão para dar essa voz poderia ter sido influenciada por informação errónea dada por um adversário (cf. ART 17E). A falta de um alerta imediato, sempre que exigido pelos regulamentos da Autoridade Reguladora, é considerada informação errónea.

(b) Na ausência de prova em contrário, o Director do Torneio deve presumir que houve informação errónea em vez de voz errónea.

2. Quando um jogador decidir mudar uma voz induzida por uma informação errónea (tal como descrito em 1. acima), o seu ASE pode por sua vez mudar qualquer voz que possa ter dado subsequentemente, sem outra rectificação, a menos que no fim da mão o Director do Torneio considere que a voz retirada transmitiu uma informação que prejudicou o campo não infractor, caso em que se aplica o ART 16D.

3. Quando é tarde de mais para mudar uma voz, o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado se considerar que o campo infractor tirou vantagem de uma irregularidade.

ART 22

PROCEDIMENTO DEPOIS DO LEILÃO TER ACABADO

A. Fim do leilão

O leilão acaba quando:

1. Os quatro jogadores passam (ver porém o ART 25). As mãos são devolvidas à carteira sem se ter jogado. Não haverá nova distribuição das cartas.
2. Quando, tendo um ou mais jogadores declarado, ocorreram três passes consecutivos em rotação subsequentemente à última declaração. Esta última declaração torna-se o contrato (ver porém o ART 19D).

B. Fim do período do leilão

1. O período do leilão termina quando, a seguir ao fim do leilão tal como definido em A.2 supra, qualquer dos defensores mostrar uma carta de saída (se essa saída for fora de vez, ver então o ART 54). O intervalo entre o fim do leilão e o fim do período do leilão é designado por 'Período de Esclarecimento'.
2. Se nenhum jogador declarar (ver A.1 supra) o período do leilão termina quando as quatro mãos forem recolocadas na carteira.

ART 23

CONSCIÊNCIA DE PREJUÍZO POTENCIAL

Quando, na opinião do Director do Torneio, um infractor possa ter tido consciência na altura da sua irregularidade que esta poderia prejudicar o lado não infractor, deve mandar continuar o leilão e o carteio (caso ainda não estejam completados). Depois do carteio completado, o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado se considerar que a linha infractora tirou vantagem dessa irregularidade*.

ART 24

CARTA EXPOSTA OU JOGADA ANTES DO PERÍODO DO CARTEIO

Quando o Director do Torneio apurar que, durante o período do leilão, devido a erro de um jogador, uma ou mais cartas da mão desse jogador ficaram em situação de ser vistas pelo parceiro, o Director do Torneio determinará a permanência de tais cartas na mesa, com a face à vista, até ao fim do período do leilão. O conhecimento dessa(s) carta(s) é considerado informação autorizada para o campo não infractor mas não autorizada para a linha infractora.

Se o infractor se tornar declarante ou morto as cartas são recolhidas e voltam à mão do jogador.

Se o infractor se tornar defensor todas essas cartas tornam-se cartas penalizadas (cf. ART 50), e nesse caso:

A. Carta pequena que não constitui saída prematura

Se se tratar de uma única carta pequena que não seja saída prematura, não há rectificação adicional.

B. Honra ou saída prematura

Se se de uma única carta e essa carta for uma honra ou uma saída prematura, o parceiro do infractor é obrigado a passar na sua próxima vez de anunciar (cf. ART 23 quando esse passe prejudicar o campo não infractor).

* Como, por exemplo, através do passe forçado do parceiro

C. Duas ou mais cartas expostas

No caso de serem expostas duas ou mais cartas, o parceiro do infractor é obrigado a passar na sua próxima vez de anunciar (cf. ART 23 quando esse passe prejudicar a linha não infractora).

ART 25

MUDANÇAS DE VOZES LEGAIS E ILEGAIS

A. Voz não intencional

1. Um jogador pode substituir uma voz não intencional pela que tencionava dar, antes que o seu parceiro anuncie, mas somente se o fizer ou tentar fazer sem pausa para reflexão. A segunda voz (intencional) mantém-se e fica sujeita ao artigo adequado.
2. Não pode haver substituição de voz quando o parceiro já tiver dado uma voz a seguir.
3. Se o leilão terminar antes de chegar ao parceiro do jogador, não pode existir qualquer substituição de voz após o fim do período do leilão (cf. ART 22).
4. Se for permitida uma substituição de voz, o ASE pode retirar qualquer voz que tenha dado. A informação resultante da voz retirada pelo ASE é considerada autorizada apenas para o seu lado. Não há rectificação adicional.

B. Voz intencional

1. Uma voz de substituição não permitida em A. supra pode ser aceite pelo ASE do infractor (considera-se aceite se o ASE der uma voz intencional sobre ela). A primeira voz é então retirada, a segunda voz mantém-se e o leilão prossegue.
2. Excepto por aplicação do disposto em 1. supra, uma substituição de voz não permitida pela aplicação da secção A. será anulada. A voz original mantém-se e o leilão continua.
3. Aplica-se o ART 16D a qualquer voz retirada ou anulada.

ART 26

VOZ RETIRADA, RESTRIÇÕES AO ATAQUE

Quando uma voz de um jogador infractor é retirada e ele escolhe para essa volta do leilão uma voz definitiva diferente*, então, se ele se tornar defensor:

A. Voz relacionada com um ou mais naipes específicos

1. Se cada um desses naipes tiver sido especificado no leilão correcto por esse mesmo jogador, não há restrição ao ataque (ver porém ART 16D).
2. Se algum dos naipes especificados na voz retirada não tiver sido anunciado por esse mesmo jogador no leilão correcto, então, na primeira vez do parceiro do infractor atacar (que pode ser a saída), o declarante pode escolher entre:
 - (a) Exigir o ataque a esse naipe (se houver mais que um naipe o declarante escolhe um deles).
 - (b) Proibir o ataque desse naipe (se houver mais que um naipe o declarante escolhe um deles); essa proibição subsiste enquanto o parceiro do infractor mantiver a mão.

B. Outras vozes retiradas

No caso de outras vozes retiradas, o declarante pode proibir o parceiro do infractor de atacar um determinado naipe na sua primeira vez de atacar, incluindo a saída; tal proibição subsiste enquanto o parceiro do infractor mantiver a mão.

.

* Uma voz repetida com um significado muito diferente é considerada uma voz diferente

ART 27**DECLARAÇÃO INSUFICIENTE****A. Aceitação de declaração insuficiente**

1. Qualquer declaração insuficiente pode ser aceite (tratada como legal) por opção do ASE do infractor; considera-se aceite se esse jogador der uma voz.
2. Se um jogador fizer uma declaração insuficiente fora de vez aplica-se o ART 31.

B. Declaração insuficiente não aceite

Se uma declaração insuficiente feita na vez não for aceite (ver secção A.) ela deve ser corrigida substituindo-a por uma voz legal (ver porém o ponto 3. abaixo). Então:

1.(a) Se a declaração insuficiente for corrigida pela declaração suficiente mais baixa na mesma denominação e na opinião do Director do Torneio ambas forem claramente não artificiais, o leilão prossegue sem qualquer outra rectificação. Não se aplica o ART 16D, ver porém D. abaixo.

(b) Se, excepto como definido em (a), a declaração insuficiente for corrigida por uma voz legal que na opinião do Director do Torneio tenha o mesmo significado*, ou um significado* mais preciso, que a declaração insuficiente (tal significado estando inteiramente contido dentro dos possíveis significados da declaração insuficiente) o leilão prossegue sem mais rectificações. Ver porém D. abaixo.

2. Excepto como previsto em B1 acima, se a declaração insuficiente for substituída por uma declaração suficiente ou por um passe, o parceiro do infractor tem que passar sempre que for a sua vez de falar. Poderão aplicar-se as restrições ao ataque do ART 26, e ver ART 23.

3. Excepto como previsto em B1(b) acima, se o infractor tentar substituir a sua declaração insuficiente por um dobre ou redobre, essa tentativa é anulada. O infractor tem que a substituir de acordo com o que aqui é permitido e o seu parceiro tem que passar sempre que for a sua vez de falar. Poder-se-ão aplicar as restrições ao ataque do ART 26, e ver ART 23.

4. Se o infractor tentar substituir a declaração insuficiente por outra declaração insuficiente e o ASE não aceitar a declaração insuficiente de substituição como A. permite, o Director do Torneio decide como em 3. supra.

C. Substituição prematura

Se o infractor substituir a sua declaração insuficiente antes do Director do Torneio ter decidido sobre a rectificação, a substituição mantém-se, a menos que a declaração insuficiente tenha sido aceite nos termos de A. O Director do Torneio aplica a secção apropriada deste artigo à substituição.

D. Linha não infractora prejudicada

Se no seguimento da aplicação de B1 o Director do Torneio considerar no fim do carteio que, sem a ajuda obtida através da infracção, o resultado da mão poderia ter sido diferente, e que em consequência a linha não infractora foi prejudicada (cf. ART 12B1), ele deve atribuir um resultado ajustado. Neste ajustamento ele procurará reconstituir tão aproximadamente quanto possível o resultado provável da mão caso não tivesse existido a declaração insuficiente.

ART 28**VOZES CONSIDERADAS COMO SENDO DADAS NA VEZ****A. ASD obrigado a passar**

Considera-se na vez uma voz dada por um jogador quando é a vez do seu ASD, caso este seja por este Código obrigado a passar.

* O significado de uma voz (a informação que ela transmite) é o conhecimento do que ela mostra e do que ela exclui.

B. Voz dada pelo jogador certo anulando voz extemporânea

Considera-se na vez uma voz dada pelo jogador que estava na vez de anunciar, antes de uma rectificação ter sido aplicada devido a uma voz extemporânea dada por um adversário. Dar tal voz faz perder o direito à rectificação da voz extemporânea, continuando o leilão como se esta não tivesse existido, mas aplica-se o ART 16D2.

ART 29

PROCEDIMENTO APÓS VOZ EXTEMPORÂNEA

A. Perda do direito a rectificação

Na sequência de uma voz extemporânea, o ASE do infractor pode preferir anunciar, perdendo assim o direito a qualquer rectificação.

B. Voz extemporânea anulada

A menos que a secção A seja aplicável, uma voz extemporânea é anulada e o leilão reverte para o jogador na vez de anunciar. Na sua vez, o infractor pode dar qualquer voz legal, mas a sua linha pode estar sujeita às disposições sobre rectificação contidas nos ARTs 30, 31 e 32.

C. Voz extemporânea artificial

Se uma voz extemporânea for artificial, as disposições dos ARTs 30, 31 e 32 aplicam-se à(s) denominação(s) prometida(s) e não à denominação nomeada.

ART 30

PASSE EXTEMPORÂNEO

Quando um jogador passar extemporaneamente e essa voz for anulada, não tendo sido exercida a opção do ART 29A, aplicam-se as seguintes disposições (se o passe for artificial ver secção C):

A. Antes de qualquer jogador ter feito uma declaração

Quando um jogador passou extemporaneamente antes de qualquer jogador ter feito uma declaração, o infractor tem de passar na sua próxima vez de anunciar e pode-se aplicar o ART 23.

B. Após qualquer jogador ter feito uma declaração

1. Quando um passe extemporâneo for feito na vez do ASD do infractor anunciar, após qualquer jogador ter feito uma declaração, o infractor é obrigado a passar na sua próxima vez de anunciar.

2.(a) Quando, depois de qualquer jogador ter feito uma declaração, o infractor passa fora de vez quando era a vez do seu parceiro anunciar, o infractor é obrigado a passar sempre que for a sua vez de anunciar e pode-se aplicar o ART 23.

(b) O parceiro do infractor pode fazer qualquer declaração suficiente ou passar, mas não pode dobrar nem redobrar nessa vez e pode-se aplicar o ART 23.

3. Depois de qualquer jogador ter feito uma declaração, um passe extemporâneo na vez do ASE do infractor anunciar será tratado como uma mudança de voz. Aplica-se o ART 25.

C. Quando o passe é artificial

Quando um passe extemporâneo for artificial ou for um passe sobre uma voz artificial, aplica-se o ART 31 e não o ART 30.

ART 31**DECLARAÇÃO EXTEMPORÂNEA**

Quando um jogador fizer uma declaração extemporânea, tiver passado artificialmente ou tiver passado a uma declaração artificial do parceiro (cf. ART 30C), e a sua declaração for anulada por não ter sido exercida a opção do ART 29, aplicam-se as seguintes disposições:

A. Na vez do ASD

Se o infractor deu uma voz na vez do seu ASD anunciar, então:

1. Se esse adversário passar, o infractor é obrigado a repetir a voz extemporânea e se esta for legal não haverá rectificação.
2. Se esse adversário fizer uma declaração, um dobre ou um redobre legal*, o infractor pode dar qualquer voz legal; se esta voz:

(a) Repetir a denominação da sua declaração extemporânea, o parceiro do infractor é obrigado a passar na sua próxima vez de anunciar (cf. ART 23).

(b) Não repetir a denominação da sua declaração extemporânea, ou se a voz extemporânea tiver sido um passe artificial ou um passe sobre uma voz artificial do parceiro, podem-se aplicar as restrições de ataque do ART 26 e o parceiro do infractor é obrigado a passar sempre que for a sua vez de anunciar (cf. ART 23).

B. Na vez do parceiro ou do ASE

Quando o infractor declarou na vez de anunciar do parceiro ou na do ASE e não tiver anunciado previamente,** o parceiro do infractor é obrigado a passar sempre que for a sua vez de anunciar (cf. ART 23 quando o passe prejudicar a linha não infractora). Podem aplicar-se as restrições de ataque do ART 26.

ART 32**DOBRE OU REDOBRE EXTEMPORÂNEO**

Um dobre ou um redobre extemporâneo pode ser aceite por opção do ASE (cf. ART 29A), excepto se for inadmissível, caso em que jamais poderá ser aceite (se apesar disso o ASE do infractor anunciar, cf. ART 36). Se essa voz não for aceite é anulada, podendo-se aplicar as restrições ao ataque do ART 26B, e:

A. Era a vez do parceiro do infractor

Se o dobre ou o redobre extemporâneo tiver sido feito na vez de anunciar do parceiro do infractor, esse parceiro é obrigado a passar sempre que for a sua vez de anunciar (cf. ART 23, se o passe prejudicar a linha não infractora).

B. Era a vez do ASD

Se o dobre ou o redobre extemporâneo tiver sido feito na vez de anunciar do ASD do infractor, então:

1. Se o ASD do infractor passar, este último é obrigado a repetir o seu dobre ou o seu redobre, não havendo rectificação a menos que tal voz seja inadmissível, caso em que se aplica o ART 36.
2. Se o ASD do infractor declarar, dobrar, ou redobrar, o infractor pode na sua vez dar qualquer voz legal, mas o seu parceiro é obrigado a passar sempre que for a sua vez de anunciar (para o caso em que o passe forçado prejudique a linha não infractora, cf. ART 23).

* Uma voz ilegal pelo ASD é rectificada como habitualmente.

** Vozes posteriores na vez de anunciar do ASE são tratadas como mudanças de voz, aplicando-se o ART 25.

ART 33**VOZES SIMULTÂNEAS**

Qualquer voz dada em simultâneo com a do jogador de quem era a vez de anunciar é considerada subsequente.

ART 34**MANUTENÇÃO DO DIREITO A ANUNCIAR**

Quando no seguimento de uma voz tiver havido três passes consecutivos, dos quais um ou mais fora da rotação, aplica-se o ART 17E2.

ART 35**VOZES INADMISSÍVEIS**

As seguintes vozes são inadmissíveis:

1. Um dobre ou um redobre não permitido pelo ART 19. Aplica-se o ART 36.
2. Uma declaração, um dobre ou um redobre por um jogador obrigado a passar. Aplica-se o ART 37.
3. Uma declaração a um nível superior a sete. Aplica-se o ART 38.
4. Uma declaração após o passe final do leilão. Aplica-se o ART 39.

ART 36**DOBRES E REDOBRES INADMISSÍVEIS**

A. O ASE do infractor anuncia antes da rectificação

Se o ASE do infractor anuncia antes da rectificação de um dobre ou de um redobre inadmissível, a voz inadmissível e todas as subsequentes são anuladas. O leilão volta ao jogador de quem era a vez de anunciar e continua como se não tivesse existido irregularidade. Não se aplicam as restrições ao ataque do ART 26.

B. O ASE do infractor não anuncia antes da rectificação

Quando não se aplica a secção A:

1. Qualquer dobre ou redobre não permitido pelo ART 19 é anulado.
2. O infractor deve substituí-lo por uma voz legal, o leilão continua e o parceiro do infractor tem de passar sempre que for a sua vez de anunciar.
3. O ART 23 pode ser aplicado, assim como as restrições ao ataque do ART 26.
4. Se a voz for fora de vez, o leilão volta ao jogador que deveria ter anunciado, o infractor pode dar qualquer voz legal na sua vez, e o seu parceiro tem de passar sempre que for a sua vez de anunciar. Quer o ART 23 quer as restrições ao ataque do ART 26 podem ser aplicados.

ART 37**VIOLAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PASSAR****A. O ASE do infractor anuncia antes da rectificação**

Se a voz inadmissível tiver sido uma declaração, um dobre ou um redobre por um jogador a quem este Código obrigava a passar (mas não uma acção contrária ao ART 19A1 ou ao ART 19B1) e o ASE do infractor anunciar antes de o Director do Torneio ter decidido uma rectificação, essa voz e todas as subsequentes mantêm-se. Se o infractor tinha sido obrigado a passar durante o resto do leilão, ele terá ainda de passar nas voltas subsequentes. Não se aplicam as restrições ao ataque do ART 26.

B. O ASE do infractor não anuncia antes da rectificação

Quando a secção A não se aplica:

1. Qualquer declaração, dobre ou redobre por um jogador que é por este Código obrigado a passar é anulada.
2. Essa voz é substituída por um passe, o leilão continua e os membros do par infractor têm que passar sempre que for a sua vez de anunciar. Podem ser aplicados o ART 23 e as restrições ao ataque do ART 26.

ART 38**DECLARAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR A SETE****A. Não é permitido o carteio.**

Nunca será permitido o carteio de um contrato superior a sete.

B. A declaração e as vozes seguintes são anuladas

Qualquer declaração a um nível superior a sete, bem como quaisquer vozes subsequentes, são anuladas.

C. A linha infractora tem que passar

A declaração tem de ser substituída por um passe, o leilão continua, excepto se já tiver sido completado, e os membros do par infractor têm que passar sempre que for a sua vez de anunciar.

D. Possível falta de recurso aos ARTs 23 e 26

Quer o ART 23 quer as restrições ao ataque do ART 26 se podem aplicar, excepto no caso do ASE do infractor ter anunciado subsequentemente à infracção e antes da rectificação.

ART 39**VOZ APÓS O PASSE FINAL****A. Vozes anuladas**

Todas as vozes após o passe final do leilão são anuladas.

B. Passe pela linha defensora ou qualquer voz pela linha do declarante

Se o ASE do infractor anunciar antes de haver rectificação, ou se a infracção for um passe por um defensor ou qualquer voz pelo futuro declarante ou morto, não há qualquer rectificação adicional.

C. Outra acção por um defensor

Se o ASE do infractor não anunciar a seguir à infracção e esta for uma declaração, um dobre ou um redobre de um defensor, poder-se-ão aplicar as restrições ao ataque do ART 26.

ART 40**ENTENDIMENTOS ENTRE PARCEIROS****A. Acordos sistêmicos entre jogadores**

1.(a) Os entendimentos entre parceiros quanto aos métodos adoptados pelo par podem ser atingidos explicitamente através de discussão ou implicitamente através da experiência ou conhecimento mútuo dos jogadores.

(b) Cada par tem o dever de disponibilizar aos seus adversários os seus entendimentos antes de começar a jogar contra eles. Compete à Autoridade Reguladora especificar o modo como isso deve ser feito.

2. A informação transmitida ao parceiro através desses entendimentos deve provir das vozes, jogadas e condições da mão em curso. Cada jogador tem o direito de tomar em linha de conta o leilão legal e as cartas que tiver visto, sob reserva das exclusões previstas neste Código. Tem também o direito de usar qualquer informação especificada neste Código como autorizada (cf. ART 73C).

3. Um jogador pode dar qualquer voz ou fazer qualquer jogada sem aviso prévio desde que essa voz ou jogada não seja baseada num entendimento não revelado do par (cf. ART 40 C1).

B. Entendimentos especiais entre parceiros

1.(a) A Autoridade Reguladora tem o direito de discricionariamente designar alguns entendimentos entre parceiros como "entendimentos especiais do par". Um entendimento especial do par é aquele cujo significado, na opinião da Autoridade Reguladora, não pode ser prontamente compreendido e antecipado por um número significativo de jogadores da prova.

(b) Qualquer acordo entre parceiros, implícito ou explícito, é um entendimento do par. A menos que a Autoridade Reguladora decida de modo diferente, qualquer convenção, como é o caso de uma voz com um significado artificial, está incluída nos acordos e tratamentos que constituem entendimentos especiais do par.

2.(a) A Autoridade Reguladora tem o direito irrestrito de permitir, não permitir, ou permitir condicionalmente qualquer entendimento especial entre parceiros.

Ela pode impor que exista uma folha de convenções, com ou sem folhas suplementares, para a listagem prévia dos entendimentos do par, e regulamentar o seu uso.

A Autoridade Reguladora pode estabelecer procedimentos de alerta e/ou outros métodos de divulgação dos acordos de um par.

Pode também alterar o princípio geral de que o significado de uma voz ou jogada não deve variar consoante seja produzida por um ou outro membro do par (tal regulamento não deve restringir o estilo e o julgamento, mas apenas o método).

(b) A menos que a Autoridade Reguladora decida de outro modo, um jogador não pode consultar a sua própria folha de convenções após o começo do período do leilão e até ao fim do carteio, excepto no caso de jogadores da linha declarante (e apenas estes) que o podem fazer durante o período de esclarecimentos.

(c) A menos que a Autoridade Reguladora decida de outra forma, um jogador pode consultar a folha de convenções dos seus adversários:

(i) antes do começo do leilão,

(ii) durante o período de esclarecimentos, e

(iii) durante o leilão ou o carteio, mas apenas quando for a sua vez de falar ou jogar.

(d) A Autoridade Reguladora pode restringir o uso de psíquicos de vozes artificiais.

3. A Autoridade Reguladora pode proibir um par de combinar antecipadamente a modificação dos seus entendimentos durante o leilão ou carteio no seguimento de uma questão colocada, da resposta a uma questão ou de qualquer irregularidade.

4. Uma linha que seja prejudicada em consequência de uma falha dos adversários no esclarecimento do significado de uma voz ou jogada, tal como exigido por este Código, tem direito a uma rectificação através da atribuição de um resultado ajustado.

5. Quando uma linha é prejudicada pelo uso pelos adversários de um entendimento especial do par que não obedeça aos regulamentos do torneio, o resultado será ajustado. O campo que quebre estes regulamentos pode ser sujeito a uma penalidade de procedimento

6.(a) Em resposta a uma pergunta de um adversário sobre o significado de uma voz ou jogada do parceiro, um jogador deve esclarecer toda a informação especial que lhe foi transmitida por acordo ou pela experiência do par, mas não precisa de revelar as inferências retiradas do seu conhecimento e da sua experiência sobre assuntos geralmente conhecidos pelos jogadores de bridge.

(b) O Director do Torneio ajusta os resultados se a informação não prestada numa explicação for crucial para a escolha da acção do adversário e este for por isso prejudicado.

C. Desvios ao sistema e psíquicos

1. Um jogador pode desviar-se dos entendimentos divulgados pela sua linha desde que o seu parceiro não tenha mais razões que os adversários para se aperceber desse desvio. Desvios repetidos supõem entendimentos implícitos, que como tal fazem então parte dos métodos do par, pelo que terão de ser revelados de acordo com os regulamentos que gerem a divulgação dos sistemas. Se o Director do Torneio entender que existiu conhecimento não divulgado que tenha prejudicado os adversários, ajustará o resultado e pode atribuir uma penalidade de procedimento.

2. Para além do acima referido, nenhum jogador tem a obrigação de comunicar aos adversários que se desviou dos métodos divulgados.

3.(a) A menos que os regulamentos da Autoridade Reguladora o permitam, um jogador não pode utilizar quaisquer ajudas de memória, cálculo ou técnica durante os períodos de leilão e carteio.

(b) Violações repetidas da obrigação de divulgar entendimentos do par podem ser sujeitas a penalidade.

ART 41

COMEÇO DO CARTEIO

A. Saída com a face para baixo

Após uma declaração, um dobre ou um redobre ter sido seguida por três passes em rotação, o defensor à esquerda do presumível declarante coloca na mesa a saída com a face para baixo*. A saída assim colocada só pode ser retirada por instrução do Director do Torneio após uma irregularidade (cf. ART 47E2), caso em que essa carta regressa obrigatoriamente à mão do defensor.

B. Recapitulação do leilão e perguntas

Antes da face da carta de saída ser voltada para cima, tanto o parceiro do saídor como o presumível declarante (mas não o presumível morto) podem pedir a recapitulação do leilão ou a explicação de vozes dos adversários (cf. ART 20F2 e 20F3). O declarante**, tal como qualquer dos defensores, pode pedir a recapitulação do leilão na sua primeira vez de jogar uma carta; este direito expira logo que jogue uma carta. Durante o período do carteio, qualquer dos defensores (sujeito ao ART 16) e o declarante mantêm o direito de solicitar explicações sempre que for a sua vez** de jogar uma carta.

C. Saída virada para cima

A seguir a este período de perguntas, a carta de saída é virada para cima, o período do carteio começa irrevogavelmente, e a mão do morto é estendida sobre a mesa (ver porém o ART 54A para uma saída virada para cima fora de vez). Após ser tarde de mais para a recapitulação do leilão (cf. §B acima), sempre que for a sua vez de jogar uma carta, tanto o declarante como qualquer dos defensores têm o direito, na sua vez de jogar***, de ser informados sobre qual é o contrato e se foi dobrado ou redobrado (mas não por quem).

* As Autoridades Reguladoras podem especificar que as saídas sejam feitas com a face para cima.

** A primeira vez de jogar do declarante é do morto, a menos que tenha aceite uma saída fora de vez.

*** O declarante pode perguntar quer na vez de jogar do morto quer da sua mão.

D. A mão do morto

Após a carta de saída ser virada para cima, o morto estende as cartas na mesa, à sua frente, faces para cima, agrupadas por naipes, em colunas apontando para o declarante, por ordem de valores e com as cartas de valor mais baixo mais perto do declarante. Os trunfos são colocados à direita do morto. O declarante joga as cartas quer da sua mão quer do morto.

ART 42

DIREITOS DO MORTO

A. Direitos absolutos

1. O morto está autorizado a prestar informações, na presença do Director do Torneio, tanto em matéria de facto como de direito.
2. Pode manter a contagem das vazas perdidas e ganhas.
3. Ele joga as cartas do morto como representante do declarante e tal como indicado por este (caso o morto sugira uma jogada, cf. ART 45F).

B. Direitos limitados

O morto pode exercer outros direitos sujeito às limitações previstas no ART 43.

1. Pode perguntar ao declarante (mas não a um defensor), quando este não assistir a um naipe numa vaza, se tem alguma carta do naipe de ataque.
2. Pode tentar evitar qualquer irregularidade do declarante.
3. Pode chamar a atenção para uma irregularidade, mas só depois de terminado o carteio da mão.

ART 43

RESTRIÇÕES DO MORTO

Com as excepções permitidas no ART 42:

A. Restrições do morto

- 1.(a) A menos que outro jogador tenha chamado a atenção para uma irregularidade, o morto não deve tomar a iniciativa de chamar o Director do Torneio durante o carteio.
- (b) Durante o carteio, o morto não deve chamar a atenção para uma irregularidade.
- (c) O morto não pode participar no carteio nem comunicar ao declarante seja o que for sobre o jogo.
- 2.(a) O morto não deve trocar as mãos com o declarante.
- (b) O morto não deve sair do seu lugar para observar o carteio do declarante.
- (c) O morto não deve, por sua iniciativa, olhar para a face de nenhuma carta da mão de qualquer dos defensores.

B. Se existir violação

1. O morto é passível de penalidade, ao abrigo do ART 90, por violação de qualquer das restrições apresentadas em A1 e A2 acima.
2. Se o morto, após violação de qualquer das restrições listadas em A.2 acima:
 - (a) Avisar o declarante para não atacar da mão errada, qualquer dos adversários pode escolher a mão da qual o declarante atacará.
 - (b) For o primeiro a perguntar ao declarante se a jogada que acabou de fazer da sua mão constitui uma renúncia, o declarante é obrigado, no caso afirmativo, a substituí-la por uma correcta, aplicando-se o disposto no ART 64 como se de renúncia consumada se tratasse.
3. Se o morto, após violação das restrições apresentadas em A.2 acima, for o primeiro a chamar a atenção para uma irregularidade de um defensor, não haverá lugar a rectificação. O carteio prossegue como se não tivesse existido irregularidade; no fim do carteio cf. ART 12B1.

ART 44**SEQUÊNCIA E PROCEDIMENTO CORRECTO NO CARTEIO****A. Ataque para uma vaza**

O jogador que ataca pode jogar qualquer carta da sua mão (a menos que esteja sujeito a uma restrição em virtude de irregularidade cometida pela sua linha).

B. Jogadas subsequentes para uma vaza

Após o ataque, cada um dos restantes jogadores joga uma carta na sua vez e as quatro cartas assim jogadas constituem uma vaza (sobre o modo de jogar as cartas e de dispor as vazas, cf. ARTs 45 e 65 respectivamente).

C. Obrigação de assistir

Os jogadores são, se possível, obrigados a assistir sempre que jogarem para uma vaza. Esta obrigação tem prioridade sobre todas as outras deste Código.

D. Impossibilidade de assistir

Se não puder assistir, o jogador pode jogar qualquer carta (salvo se estiver sujeito a alguma restrição, em virtude de uma irregularidade cometida pela sua linha).

E. Vazas contendo trunfos

Uma vaza contendo um ou mais trunfos é ganha pelo jogador que forneceu o trunfo de maior valor.

F. Vazas não contendo trunfos

Uma vaza que não contenha trunfos é ganha pelo jogador que forneceu a carta de maior valor do naipe da ataque.

G. Ataque para as vazas seguintes

O ataque para a vaza seguinte é efectuado pela mão que ganhou a última vaza.

ART 45**CARTA JOGADA****A. Jogada de uma carta da mão**

Com excepção do morto, cada jogador joga uma carta destacando-a da sua mão e colocando-a à sua frente sobre a mesa, de face para cima*.

B. Jogada de uma carta do morto

O declarante joga uma carta do morto ao designá-la pelo nome, após o que o morto pega nela e a coloca sobre a mesa, com a face para cima. Ao jogar do morto, o declarante pode, se necessário, ser ele próprio a pegar na carta escolhida.

C. Jogada obrigatória de uma carta

1. Uma carta que um defensor segure de tal forma que seja possível ao parceiro ver a sua face tem de ser jogada para a vaza em curso (se esse defensor já tiver jogado uma carta legal para a vaza em curso, cf. ART 45E).

2. O declarante tem de jogar uma carta da sua mão se:

- (a) estiver segura com a face para cima tocando ou quase tocando a mesa; ou
- (b) a mantiver numa posição tal que indique ter sido jogada.

*A saída é feita de face para baixo, a menos que a Autoridade Reguladora decida diferentemente.

3. Uma carta do morto tem que ser jogada se tiver sido deliberadamente tocada pelo declarante, excepto com o objectivo de arranjar as cartas do morto ou de alcançar uma outra carta colocada acima ou abaixo da carta ou cartas tocadas.

4.(a) Uma carta tem de ser jogada se um jogador a nomear ou de qualquer outra forma a designar como a carta que pretende jogar.

(b) Um jogador pode mudar uma carta designada inadvertidamente se o fizer sem pausa para pensar, até o seu parceiro ter jogado uma carta. Porém, se um adversário tiver por sua vez jogado uma carta legal antes da mudança de designação, esse adversário pode retirar essa carta e substituí-la por outra (cf. ART 47D e ART 16D1).

5. Pode ser-se obrigado a jogar uma carta penalizada, principal ou secundária (cf. ART 50).

D. Carta incorrectamente jogada pelo morto

Se o morto colocar como se tivesse sido jogada uma carta que o declarante não tiver nomeado, essa carta é obrigatoriamente retirada se para tal for chamada a atenção antes de qualquer das linhas ter jogado para a vaza seguinte e um defensor pode retirar e guardar uma carta jogada após esse erro mas antes de ter sido chamada a atenção para ele; se o ASD do declarante mudar a sua jogada, o declarante pode retirar uma carta que tenha subsequentemente jogado para essa vaza (cf. ART 16D).

E. Quinta carta jogada numa vaza

1. Uma quinta carta presente numa vaza fornecida por um defensor torna-se numa carta penalizada, sujeita ao ART 50, a menos que o Director do Torneio considere que se tratou de um ataque, caso em que se aplica o ART 53 ou o ART 56.

2. Quando foi o declarante que contribuiu, da sua mão ou do morto, com a quinta carta presente numa vaza, ela é devolvida à mão sem qualquer outra rectificação, a menos que o Director do Torneio a considere como ataque, caso em que se aplica o ART 55.

F. Carta indicada pelo morto

Após a sua mão ter sido exposta, o morto não pode tocar ou apontar qualquer carta (excepto com o propósito de arranjo) sem instrução do declarante. Se o fizer, o Director do Torneio deve ser chamado imediatamente e informado da acção; o carteio continua; no fim do carteio o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado se considerar que o morto sugeriu uma jogada ao declarante e que os defensores foram prejudicados por essa jogada.

G. Fechar a vaza

Nenhum jogador deverá voltar para baixo a face da sua carta sem que todos os quatro jogadores tenham jogado para a vaza.

ART 46

DESIGNAÇÃO INCOMPLETA OU ERRADA DE UMA CARTA DO MORTO

A. Designação correcta de uma carta do morto

Ao designar uma carta que pretende que seja jogada do morto, o declarante deve claramente enunciar quer o seu naipe quer o seu valor.

B. Designação incompleta ou errada

Em caso de designação incompleta ou errada pelo declarante da carta a ser jogada do morto, aplicam-se as seguintes restrições (excepto quando uma intenção diferente do declarante for incontroversa):

1.(a) Se o declarante disser “alta” ou um termo com significado equivalente, considera-se ter pedido a carta de maior valor.

(b) Se disser ao morto para ganhar a vaza, considera-se ter pedido a carta ganhante de menor valor.

(c) Se disser “pequena” ou um termo com significado equivalente, considera-se ter pedido a carta de menor valor.

2. Se o declarante designar um naipe mas não um valor, considera-se ter pedido a carta de menor valor do naipe indicado.
3. Se o declarante designar um valor mas não um naipe:
 - (a) No ataque, considera-se que o declarante pretende continuar no naipe no qual o morto ganhou a vaza anterior, desde que o morto tenha esse valor nesse naipe.
 - (b) Em todos os outros casos, o declarante é obrigado a jogar do morto uma carta desse valor, caso o possa fazer legalmente. No entanto, se houver duas ou mais cartas desse valor que possam legalmente ser jogadas, o declarante tem de indicar qual pretende.
4. Se o declarante designar uma carta que não exista no morto, o seu pedido é nulo e o declarante pode designar qualquer outra carta legal.
5. Se o declarante mandar jogar uma carta sem indicar o naipe nem o valor (como ao dizer “uma qualquer” ou expressão similar), qualquer dos defensores pode designar a carta a ser jogada do morto.

ART 47

RETIRADA DE CARTA JOGADA

A. No decurso de rectificação

Uma carta já jogada pode ser retirada para cumprimento de uma rectificação no seguimento de uma irregularidade (mas uma carta retirada por um defensor pode tornar-se uma carta penalizada, cf. ART 49).

B. Para corrigir uma jogada ilegal

Uma carta jogada pode ser retirada para corrigir uma jogada ilegal (para os defensores, excepto como estabelecido neste Artigo, cf. ART 49). Para jogadas simultâneas, cf. ART 58.

C. Para mudar uma designação inadvertida

Uma carta pode ser retirada e devolvida à mão sem rectificação suplementar após uma mudança de designação permitida pelo ART 45C4(b).

D. Na sequência de mudança de jogada por um adversário

Após uma mudança de jogada por um adversário, uma carta jogada pode ser retirada e devolvida à mão sem rectificação suplementar e uma outra carta jogada em substituição (porém o ART 16D e o ART 62C podem ser aplicados).

E. Mudança de jogada baseada em informação errada

1. Um ataque ou uma jogada extemporânea pode ser retirado, sem rectificação suplementar, se o jogador tiver sido informado erradamente por um adversário de que era a sua vez de atacar ou jogar. Um ataque ou uma jogada não pode ser aceite pelo seu ASE nestas circunstâncias.

2.(a) Um jogador pode retirar a carta que jogou devido a uma explicação errada de uma voz ou jogada dos adversários e antes de uma explicação correcta, sem rectificação suplementar, mas apenas se nenhuma carta tiver sido jogada posteriormente para essa vaza. Uma saída não pode ser retirada depois de o morto ter mostrado qualquer carta.

(b) Quando for tarde de mais para corrigir uma jogada de acordo com (a), o Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado.

F. Outras retiradas de cartas

1. Uma carta pode ser retirada nos termos do ART 53C.

2. Excepto nos termos previstos neste artigo, uma carta jogada não pode ser retirada.

ART 48

EXPOSIÇÃO DE CARTAS DO DECLARANTE

A. O declarante expõe uma carta

O declarante não está sujeito a restrição por expor uma carta (ver porém ART 45C2). Nenhuma carta da mão do declarante ou do morto pode tornar-se penalizada. O declarante não é obrigado a jogar cartas caídas acidentalmente.

B. O declarante expõe as suas cartas

1. Se o declarante expuser as suas cartas após uma saída extemporânea, aplica-se o ART 54.
2. Quando o declarante expuser a sua mão em qualquer momento que não seja logo após uma saída extemporânea, pode considerar-se que fez uma reivindicação ou uma concessão de vazas (a menos que a sua intenção seja manifestamente diferente), e então aplica-se o ART 68.

ART 49

EXPOSIÇÃO DE CARTAS DE UM DEFENSOR

Excepto no decurso normal do carteio ou por aplicação deste Código (cf. por exemplo ART 47E), quando uma carta de um defensor está em posição de ser vista pelo seu parceiro, ou quando um defensor menciona uma carta como pertencendo à sua mão, tal carta torna-se carta penalizada (cf. ART 50); ver porém a nota de rodapé ao ART 68 quando um defensor tiver feito uma afirmação respeitante a uma vaza incompleta ainda em curso, e cf. ART 68B2 quando o parceiro contestar uma concessão de um defensor.

ART 50

DISPOSIÇÕES SOBRE CARTAS PENALIZADAS

Uma carta mostrada prematuramente (que não seja um ataque, cf. ART 57) por um defensor é uma carta penalizada, a menos que o Director do Torneio indique o contrário (cf. ART 49 e o ART 23 pode ser aplicado).

A. A carta penalizada permanece exposta

Qualquer carta penalizada é obrigatoriamente deixada sobre a mesa com a face para cima, à frente do jogador a quem pertence, até que uma rectificação tenha sido decidida.

B. Carta penalizada principal ou secundária?

Uma única carta pequena exposta não intencionalmente (como por exemplo quando são jogadas duas cartas para uma vaza, ou quando uma carta cai acidentalmente) torna-se numa carta penalizada secundária. Uma honra ou qualquer carta exposta através de uma jogada deliberada (por exemplo num ataque extemporâneo ou numa renúncia a seguir corrigida), torna-se numa carta penalizada principal; quando um defensor tiver duas ou mais cartas penalizadas, tornam-se todas cartas penalizadas principais.

C. Disposições sobre uma carta penalizada secundária

Quando um defensor tiver uma carta penalizada secundária, ele não pode jogar nenhuma outra carta pequena do mesmo naipe antes de ter jogado a carta penalizada, mas pode jogar uma honra desse naipe. O parceiro do infractor não está sujeito a restrições de ataque, mas a informação que obteve por ver a carta penalizada é considerada não autorizada (cf. E. abaixo).

D. Disposições sobre uma carta penalizada principal

Quando um defensor tiver uma carta penalizada principal, tanto ele como o parceiro podem estar sujeitos a restrições: o infractor sempre que for a sua vez de jogar, o parceiro sempre que tiver a mão.

1.(a) Uma carta penalizada principal tem de ser jogada na primeira oportunidade legal, seja a atacar, assistir, baldar ou cortar. Se um defensor tiver duas ou mais cartas penalizadas que possam ser jogadas legalmente, o declarante designa qual deverá ser jogada.

(b) A obrigação de assistir ou de cumprir uma restrição de ataque ou de jogada tem precedência sobre a obrigação de jogar uma carta penalizada principal, mas a carta penalizada terá que se manter na mesa, face à vista, e ser jogada na próxima oportunidade legal.

2. Quando um defensor tem a mão e o seu parceiro tem uma carta penalizada principal, ele não poderá atacar sem que o declarante indique qual das opções seguintes escolhe (se o defensor atacar prematuramente, fica sujeito a rectificação ao abrigo do ART 49). O declarante pode escolher:

(a) Exigir* ao defensor que ataque o naipe da carta penalizada ou proibi-lo* de atacar esse naipe enquanto mantiver a mão (no caso de duas ou mais cartas penalizadas, cf. ART 51); se o declarante exercer qualquer destas opções, a carta deixa de estar penalizada e é recolhida.

(b) Não exigir nem proibir um ataque, caso em que o defensor pode atacar qualquer carta; a carta penalizada continua penalizada **. Se for escolhida esta opção continua-se a aplicar o ART 50D enquanto a carta penalizada não for jogada.

E. Informação proveniente de carta penalizada

1. O conhecimento das disposições para jogar uma carta penalizada constitui informação autorizada para todos os jogadores.

2. Qualquer outra informação resultante da vista de uma carta penalizada é considerada não autorizada para o parceiro do jogador que tem a carta penalizada (mas autorizada para o declarante).

3. Se o Director do Torneio considerar que a carta exposta transmitiu informação que prejudica a linha não infractora, atribuirá um resultado ajustado.

ART 51

DUAS OU MAIS CARTAS PENALIZADAS

A. Vez do infractor jogar

Se for a vez de jogar de um defensor que tenha duas ou mais cartas penalizadas que podem ser jogadas legalmente, o declarante designa a que será jogada nessa vez.

B. Ataque do parceiro do infractor

1.(a) Quando um defensor tem duas ou mais cartas penalizadas de um naipe e o declarante exigir* ao seu parceiro que ataque esse naipe, essas cartas deixam de estar penalizadas e são recolhidas; o infractor pode fazer qualquer jogada legal para essa vaza.

(b) Quando um defensor tiver duas ou mais cartas penalizadas de um naipe e o declarante proibir* ao seu parceiro que ataque esse naipe, o defensor recolhe todas as cartas penalizadas desse naipe e pode fazer qualquer jogada legal para essa vaza; tal proibição mantém-se até que o parceiro do infractor perca a mão.

* Se o jogador não puder atacar como exigido cf. ART 59.

** Se o parceiro do defensor com a carta penalizada mantém a mão, e a carta penalizada não tiver ainda sido jogada, todas as exigências e opções do ART 50D2 aplicam-se novamente na vaza seguinte.

2.(a) Quando um defensor tem cartas penalizadas em mais do que um naipe (ver ART 50D2(a)) e o seu parceiro tiver a mão, o declarante pode exigir* ao parceiro do infractor que ataque um dos naipes das cartas penalizadas (mas então aplica-se B1(a) acima).

(b) Quando um defensor tem cartas penalizadas em mais do que um naipe e o seu parceiro tem a mão, o declarante pode proibir* o parceiro do infractor de atacar um ou mais desses naipes; o infractor recolhe então as cartas penalizadas de todos os naipes proibidos pelo declarante e faz qualquer jogada legal para essa vaza; tal proibição mantém-se até que o parceiro do infractor perca a mão.

ART 52

INCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE ATACAR OU JOGAR UMA CARTA PENALIZADA

A. Um defensor não joga uma carta penalizada

Quando um defensor não atacar ou não jogar uma carta penalizada como disposto no ART 50 ou no ART 51, ele não pode, por sua iniciativa, retirar qualquer outra carta que tenha jogado.

B. O defensor joga outra carta

1.(a) Se um defensor atacou ou jogou outra carta quando lhe era exigido por este Código que jogasse uma carta penalizada, o declarante pode aceitar tal jogada.

(b) O declarante tem que aceitar tal ataque ou jogada se entretanto tiver jogado da sua mão ou do morto.

(c) Se a carta jogada tiver sido aceite ao abrigo das alíneas (a) ou (b) precedentes, qualquer carta penalizada não jogada manter-se-á penalizada.

2. Se o declarante não aceitar a carta atacada ou jogada ilegalmente, o defensor tem que substituir a carta ilegalmente atacada ou jogada pela carta penalizada. Qualquer carta atacada ou jogada ilegalmente pelo defensor ao cometer esta irregularidade torna-se uma carta penalizada principal.

ART 53

ATAQUE EXTEMPORÂNEO ACEITE

A. Ataque extemporâneo tratado como correcto

Qualquer ataque extemporâneo com a face à vista pode ser tratado como correcto (porém cf. ART 47E1). Torna-se um ataque correcto se o declarante ou qualquer dos defensores, conforme o caso, o aceitar afirmando-o expressamente, ou se o jogador seguinte na rotação jogar uma carta sobre o ataque irregular (ver porém C abaixo). Se não for feita qualquer aceitação ou jogada, o Director do Torneio exigirá que o ataque seja feito da mão correcta (e cf. ART 47B).

B. ASD joga uma carta sobre ataque irregular do declarante

Se o ASD da mão da qual o declarante atacou extemporaneamente jogar sobre esse ataque irregular (ver porém C), o ataque mantém-se e aplica-se o ART 57.

C. Ataque correcto feito após ataque irregular

Considerando o ART 53A, se era a vez de atacar de um adversário do jogador que atacou fora de vez, esse adversário pode atacar para a vaza da infracção sem que a sua carta seja considerada jogada sobre o ataque irregular. Quando tal acontece, o ataque correcto mantém-se e todas as cartas jogadas erradamente para essa vaza podem ser recolhidas. Aplica-se o ART 16D mas não há rectificação adicional.

* Se o jogador não puder atacar como exigido cf. ART 59.

ART 54

SAÍDA EXTEMPORÂNEA COM A FACE EXPOSTA

Quando é feita uma saída extemporânea com a face exposta e o parceiro do infractor tiver saído com a face voltada para baixo, o Director do Torneio exigirá que a saída com a face voltada para baixo seja recolhida. E também:

A. O declarante estende a sua mão

Após uma saída extemporânea com a face exposta, o declarante pode expor a sua mão; torna-se morto e o morto torna-se declarante. Se o declarante começar a estender a sua mão, e, ao fazê-lo, expuser uma ou mais cartas, tem de expor toda a sua mão.

B. O declarante aceita a saída

Após uma saída extemporânea com a face exposta, o declarante pode aceitar essa saída irregular como previsto no ART 53, e o morto é estendido de acordo com o ART 41.

1. A segunda carta da vaza é jogada da mão do declarante.
2. Se o declarante jogar a segunda carta da vaza do morto, esta carta não pode ser recolhida, excepto para corrigir uma renúncia.

C. O declarante tem de aceitar a saída

Se o declarante puder ter visto alguma carta do morto (excepto cartas que o morto possa ter exposto durante o leilão e que tenham sido sujeitas ao ART 24), ele tem que aceitar a saída.

D. O declarante recusa a saída

O declarante pode exigir ao infractor que recolha a sua saída extemporânea com a face exposta. A carta retirada torna-se uma carta penalizada principal e aplica-se o ART 50D.

E. Saída pela linha errada

Se um jogador da linha declarante tentar fazer uma saída aplica-se o ART 24.

ART 55

ATAQUE EXTEMPORÂNEO DO DECLARANTE

A. Ataque do declarante aceite

Se o declarante tiver atacado extemporaneamente da sua mão ou do morto, qualquer dos defensores pode aceitar esse ataque como previsto no ART 53, ou exigir a sua recolha (após informação errada, cf. ART 47E1). Se os defensores fizerem escolhas diferentes, prevalece a do jogador a seguir na rotação.

B. Ataque do declarante não aceite

1. Se o declarante atacar da sua mão ou do morto na vez de um defensor, e se qualquer dos defensores exigir a recolha desse ataque, o declarante devolve essa carta à mão correspondente, não se aplicando nenhuma rectificação adicional.
2. Se o declarante atacar da mão contrária quando é a sua vez de atacar da sua mão ou do morto, e se qualquer dos defensores exigir a recolha desse ataque, ele recolhe a carta erradamente atacada e tem de atacar da mão correcta.

C. O declarante pode ter obtido informação não autorizada

Quando o declarante adopta uma linha de jogo que possa ter sido baseada em informação obtida em consequência da sua infracção, o Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado.

ART 56**ATAQUE EXTEMPORÂNEO DE UM DEFENSOR**

Ver ART 54D.

ART 57**ATAQUE OU JOGADA PREMATURA****A. Ataque ou jogada prematura para a vaza seguinte**

Quando um defensor ataca para a vaza seguinte antes de o parceiro ter jogado para a vaza em curso, ou joga extemporaneamente antes do parceiro, a carta atacada ou jogada torna-se uma carta penalizada principal, e o declarante escolhe uma das seguintes opções:

1. Exigir ao parceiro do infractor que jogue a carta de maior valor que tiver no naipe atacado, ou
2. Exigir ao parceiro do infractor que jogue a carta de menor valor que tiver no naipe atacado, ou
3. Proibir o parceiro do infractor de jogar qualquer carta de um outro naipe, especificado pelo declarante.

B. O parceiro do infractor não pode cumprir a rectificação

Se o parceiro do infractor não puder cumprir a rectificação escolhida pelo declarante, pode jogar qualquer carta, como disposto no ART 59.

C. O declarante ou o morto jogou

1. Um defensor não está sujeito a rectificação por jogar antes do parceiro se o declarante tiver jogado das duas mãos, ou se o morto tiver jogado uma carta ou sugerido ilegalmente que ela fosse jogada. Até o declarante ter dado instruções (ou indicado*) para ser jogada, não é considerada como jogada do morto uma carta seca nem qualquer carta entre as cartas de valor equivalente de um mesmo naipe.
2. Uma jogada prematura de qualquer das mãos do declarante (não um ataque) é uma carta jogada e não pode ser retirada.

ART 58**ATAQUES OU JOGADAS SIMULTÂNEAS****A. Jogadas simultâneas por dois jogadores**

Um ataque ou uma jogada feito em simultâneo com outro ataque ou jogada legal de outro jogador é considerado como posterior.

B. Cartas simultâneas da mesma mão

Se um jogador ataca ou joga duas ou mais cartas em simultâneo:

1. Se apenas uma das cartas for visível, essa carta é jogada; todas as outras são recolhidas e não há rectificação suplementar (cf. ART47F).
2. Se mais do que uma carta for visível, o jogador indica a carta que pretende jogar; se se tratar de um defensor, todas as outras cartas expostas tornam-se cartas penalizadas (cf. ART 50).
3. Após um jogador recolher uma carta visível, um adversário que tenha jogado sobre essa carta pode retirar a sua e substituí-la por outra sem rectificação (porém cf. ART 16D).
4. Se a jogada simultânea não for descoberta antes de ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte, aplica-se o ART 67.

* Como por gesto ou aceno de cabeça

ART 59**IMPOSSIBILIDADE DE ATACAR OU JOGAR COMO EXIGIDO**

Um jogador pode jogar qualquer carta legal se lhe for impossível atacar ou jogar como exigido para cumprimento de uma rectificação, quer por não ter nenhuma carta do naipe exigido, quer por só ter cartas do naipe que lhe é proibido atacar, quer ainda por ser obrigado a assistir.

ART 60**JOGADA APÓS JOGADA ILEGAL****A. Jogada após irregularidade**

1. Uma jogada de um membro da linha não infractora depois de o seu ASD ter atacado ou jogado extemporânea ou prematuramente, mas antes de ter sido efectuada a correspondente rectificação, anula o direito à rectificação dessa infracção.
2. Perdido o direito à rectificação, a jogada ilegal é considerada como feita na vez (excepto quando se aplicar o ART 53C).
3. Se a linha infractora tinha a obrigação de jogar uma carta penalizada ou de cumprir uma restrição de ataque ou de jogada, essa obrigação continuará em vigor para as vazas seguintes.

B. Jogada de um defensor antes de um ataque obrigatório do declarante

Quando, após ter sido exigida ao declarante a recolha de um ataque da mão errada, um defensor jogar uma carta antes de o declarante atacar da mão correcta, essa carta do defensor torna-se uma carta penalizada principal (ART 50).

C. Jogada da linha infractora antes da determinação da rectificação

Uma jogada feita por um membro da linha infractora antes de uma rectificação ter sido determinada não afecta os direitos dos adversários, e pode ela própria ser passível de rectificação.

ART 61**NÃO ASSISTIR - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE UMA RENÚNCIA****A. Definição de renúncia**

Constitui uma renúncia não assistir em conformidade com o ART 44, ou não atacar ou jogar, quando possível, uma carta ou naipe como exigido por este Código ou especificado pelo adversário no exercício de uma opção de rectificação de uma irregularidade (no caso de impossibilidade de cumprimento, cf. ART 59).

B. Direito ao pedido de esclarecimento sobre eventual renúncia

1. O declarante pode perguntar a um defensor que não assistiu se tem alguma carta do naipe de ataque da vaza em curso.
- 2.(a) O morto pode perguntar ao declarante (porém, cf. ART 43B2 (b)).
(b) O morto não pode perguntar aos adversários e o ART 16B poderá ser aplicado.
3. Os defensores podem perguntar ao declarante, e, a menos que tal seja proibido pelos regulamentos da Autoridade Reguladora, podem fazê-lo um ao outro (com o risco de criarem informação não autorizada).

ART 62**CORRECÇÃO DE UMA RENÚNCIA****A. A renúncia deve ser corrigida**

Um jogador tem de corrigir a sua renúncia se dela se aperceber antes de estar consumada.

B. Correção de uma renúncia

Para corrigir uma renúncia, o infractor retira a carta que jogou e substitui-a por uma carta legal.

1. Uma carta assim retirada torna-se uma carta penalizada principal (ART 50) se tiver sido jogada pela mão oculta de um defensor.
2. Uma carta pode ser substituída sem outra rectificação se tiver sido jogada da mão do declarante (cf. ART 43 B2 (b)) ou do morto, ou se era uma carta com a face à vista de um defensor.

C. Cartas jogadas posteriormente

1. Qualquer membro da linha não infractora pode recolher qualquer carta que tenha jogado após a renúncia mas antes de para ela ter sido chamada a atenção (cf. ART 16D).
2. Após um jogador não infractor ter assim recolhido uma carta, o jogador da linha infractora que se segue na rotação pode também retirar uma carta que possa eventualmente ter jogado, a qual se torna uma carta penalizada caso pertença a um defensor (cf. ART 16D).
3. A reclamação de uma renúncia não garante automaticamente a inspecção das vazas fechadas (cf. ART 66C).

D. Renúncia na 12ª vaza

1. Uma renúncia feita na 12ª vaza, mesmo que consumada, tem de ser corrigida se for descoberta antes de as quatro mãos terem sido repostas na carteira.
2. Se na 12ª vaza um defensor cometer uma renúncia antes da vez de jogar do parceiro, se este tiver cartas de dois naipes não pode escolher uma jogada que possa eventualmente ter sido sugerida por ter visto a face da carta da renúncia.

ART 63**CONSUMAÇÃO DE UMA RENÚNCIA****A. Consumação de uma renúncia**

Uma renúncia torna-se consumada:

1. Quando o infractor ou o parceiro ataca ou joga para a vaza seguinte (essa jogada, legal ou não, consoma a renúncia).
2. Quando o infractor ou o parceiro nomeia ou de qualquer modo designa uma carta para ser jogada na vaza seguinte.
3. Quando um membro da linha infractora faz ou aceita uma reivindicação ou uma concessão de vazas, verbalmente, expondo a sua mão ou de qualquer outro modo.

B. A renúncia não pode ser corrigida

Uma vez consumada uma renúncia, ela não pode ser corrigida (excepto como previsto no ART 62D para renúncia na 12ª vaza) e a vaza na qual ocorreu a renúncia mantém-se como foi jogada.

ART 64**PROCEDIMENTO APÓS CONSUMAÇÃO DE RENÚNCIA****A. Rectificação no seguimento de uma renúncia**

Quando uma renúncia é consumada:

1. E a vaza em que ocorreu a renúncia foi ganha pelo infractor*, no fim do carteio a vaza em que ocorreu a renúncia é transferida para a linha não infractora juntamente com uma das vazas ganhas subsequentemente pela linha infractora.
2. E a vaza em que ocorreu a renúncia não foi ganha pelo infractor*, então, se a linha infractora ganhou essa ou alguma vaza subsequente, quando acaba o carteio é transferida uma vaza para a linha não infractora.

* Para efeitos deste artigo, uma vaza ganha no morto não é considerada ganha pelo declarante.

B. Não há rectificação

No seguimento de uma renúncia consumada, não há rectificação como previsto em A.:

1. Se a linha infractora não ganhou a vaza da renúncia nem qualquer vaza subsequente.
2. Se se tratar de uma renúncia subsequente no mesmo naipe feita pelo mesmo jogador. O ART 64C pode ser aplicado.
3. Se a renúncia ocorreu por não ter sido jogada qualquer carta exposta na mesa ou pertencente a uma mão exposta na mesa, incluindo cartas do morto.
4. Se a chamada de atenção para a renúncia foi feita pela primeira vez após um membro da linha não infractora ter dado uma voz na carteira seguinte.
5. Se a chamada de atenção para a renúncia foi feita pela primeira vez após a posição ter terminado.
6. Se a renúncia foi feita na 12ª vaza.
7. Quando ambas as linhas renunciaram no mesmo jogo.

C. O Director do Torneio é responsável pela equidade

Quando, depois de uma renúncia consumada, incluindo as não sujeitas a rectificação, o Director do Torneio considerar que a linha não infractora não foi suficientemente compensada por este Código, atribuirá um resultado ajustado.

ART 65**DISPOSIÇÃO DAS VAZAS****A. Vaza completa**

Quando as quatro cartas de uma vaza tiverem sido jogadas, cada jogador volta para baixo a face da carta que jogou, deixando-a sobre a mesa, à sua frente.

B. Manter a contagem das vazas

1. Se a vaza foi ganha pela linha do jogador, a carta fica apontada longitudinalmente para o parceiro.
2. Se a vaza foi ganha pelos adversários, a carta fica apontada longitudinalmente para eles.
3. O declarante pode pedir que uma carta apontada incorrectamente seja colocada como indicado acima. O morto ou qualquer dos defensores pode chamar a atenção para uma carta apontada incorrectamente, mas para estes jogadores esse direito expira quando for feito o ataque para a vaza seguinte; se o fizerem mais tarde poder-se-á aplicar o ART 16B.

C. Ordenação

Cada jogador alinha as suas cartas numa fila ordenada, por forma a sobreporem-se parcialmente à medida que forem jogadas, de modo a permitir a revisão do carteio após a sua conclusão, se for necessário determinar o número de vazas ganhas por cada linha ou a ordem pela qual as cartas foram jogadas.

D. Acordo sobre o resultado do carteio

Um jogador não deve alterar a ordem das cartas que jogou até haver acordo acerca do número de vazas ganhas. Um jogador que não cumpra as disposições deste artigo compromete o seu direito de reivindicar vazas em dúvida e o de reclamar ou contestar uma renúncia.

ART 66**INSPECÇÃO DAS VAZAS****A. Vaza em curso**

Enquanto o seu campo não tiver atacado ou jogado para a vaza seguinte, o declarante ou qualquer dos defensores pode, antes de voltar para baixo a face da carta que jogou, pedir para ver a face de todas as cartas jogadas para a vaza.

B. A sua última carta jogada

Até que uma carta seja jogada para a vaza seguinte, o declarante ou qualquer dos defensores pode rever, mas não expor, a última carta que jogou.

C. Vazas fechadas

A partir daí e até ao fim do carteio, as cartas de vazas fechadas não poderão ser examinadas (excepto por instruções precisas do Director do Torneio; por exemplo se necessário para verificar a reclamação de uma renúncia).

D. Após o final do carteio

Depois de terminado o carteio, as cartas jogadas e não jogadas podem ser examinadas para estabelecer a reclamação de uma renúncia, ou o número de vazas ganhas ou perdidas; mas nenhum jogador deve mexer em cartas que não sejam as suas. Se, após tal reclamação ter sido feita, um jogador misturar as suas cartas de forma a impossibilitar ao Director do Torneio o apuramento dos factos, o Director do Torneio deve decidir a favor da outra linha.

ART 67

VAZA IMPERFEITA

A. Antes de ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte

Se um jogador não jogou ou jogou cartas a mais para uma vaza, esta vaza diz-se imperfeita. Esta irregularidade tem de ser rectificada se for chamada a atenção para ela antes de um jogador de cada linha ter jogado para a vaza seguinte.

1. Para rectificar a omissão de jogar para uma vaza, o infractor fornece uma carta que possa jogar legalmente.
2. Para rectificar a jogada de cartas a mais para uma vaza, aplica-se o ART 45E ou o ART 58B.

B. Após ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte

Após ambas as linhas terem jogado para a vaza seguinte, se for chamada a atenção para uma vaza imperfeita ou se o Director do Torneio constatar a existência de uma vaza imperfeita (pelo facto de um jogador ter na sua mão cartas a mais ou a menos, e um número de cartas jogadas correspondentemente incorrecto), o Director do Torneio estabelecerá qual é a vaza imperfeita. Para rectificar o número de cartas, o Director do Torneio deverá proceder do seguinte modo:

1. Quando o infractor não contribuiu para a vaza, o Director do Torneio pedir-lhe-á que exponha imediatamente uma carta com a face para cima à sua frente e que depois a coloque no lugar próprio entre as suas cartas já jogadas (esta carta não afectará a atribuição da vaza);

(a) No caso de o infractor ter cartas do naipe de ataque da vaza imperfeita, tem que escolher uma delas para a colocar entre as cartas que já jogou; considerar-se-á que renunciou na vaza imperfeita e está sujeito à perda de uma vaza transferida de acordo com o ART 64A2.

(b) No caso de o infractor não ter nenhuma carta do naipe de ataque da vaza imperfeita, escolhe uma carta qualquer da sua mão, cuja face expõe, e coloca-a entre as que já jogou; considerar-se-á que renunciou na vaza imperfeita e está sujeito à perda de uma vaza transferida de acordo com o ART 64A2.

2.(a) Quando o infractor tiver jogado mais que uma carta para a vaza imperfeita, o Director do Torneio examinará as cartas jogadas e exigirá que o infractor recolha as suas cartas a mais*, deixando entre as cartas jogadas a que foi exposta na vaza imperfeita (se o Director do Torneio for incapaz de apurar qual das cartas foi exposta, o infractor deixará a de maior valor de entre as que poderia ter jogado legalmente para essa vaza). A atribuição da vaza imperfeita não muda.

(b) Uma carta recolhida é considerada como tendo pertencido sempre à mão do infractor e o facto de não ter sido jogada numa vaza anterior pode constituir uma renúncia.

* O Director do Torneio deve evitar, sempre que possível, expor uma carta jogada por um defensor, mas se tiver sido exposta uma carta a mais a ser recolhida à mão de um defensor, ela torna-se uma carta penalizada (cf. ART 50).

ART 68

REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO DE VAZAS

Para que uma declaração ou acção constitua uma reivindicação ou concessão de vazas nos termos deste Código, tem de se referir a vazas que não a que esteja em curso*. Se se referir a vazas subsequentes:

A. Definição de reivindicação

Qualquer declaração de um concorrente em como ganhará um determinado número de vazas constitui uma reivindicação dessas mesmas vazas. Um jogador também reivindica quando sugere que o carteio seja abreviado ou quando mostra as suas cartas (a menos que manifestamente não tencionasse fazê-lo - por exemplo, se o declarante expuser as suas cartas após uma saída inicial fora de vez, aplica-se o ART 54 e não este).

B. Definição de concessão

1. Qualquer declaração de um concorrente de que perderá um determinado número de vazas constitui uma concessão dessas vazas; uma reivindicação de um certo número de vazas equivale à concessão das restantes, se as houver. Um jogador concede todas as vazas restantes quando abandona a mão.

2. Independentemente de 1. supra, se um defensor tentar uma concessão de uma ou mais vazas e o seu parceiro objectar imediatamente, não ocorreu qualquer concessão. Pode existir informação não autorizada, pelo que o Director do Torneio deve ser chamado imediatamente. O carteio continua: qualquer carta que tenha sido exposta por um defensor nessas circunstâncias não é uma carta penalizada, mas o ART 16D aplica-se à informação proveniente da sua exposição e essa informação não pode ser usada pelo parceiro do defensor que a expôs.

C. Esclarecimentos exigidos para reivindicação

Uma reivindicação deve ser acompanhada imediatamente de uma explicação clara sobre a ordem pela qual as cartas serão jogadas e sobre a linha de jogo ou de defesa através da qual quem reivindicou se propõe ganhar as vazas que reivindica.

D. O carteio termina

Após qualquer reivindicação ou concessão, o carteio termina (porém cf. ART 70D3). Se a reivindicação ou concessão for aceite, aplica-se o ART 69; se for contestada por algum jogador (incluindo o morto), o Director do Torneio tem de ser chamado imediatamente e aplica-se o ART 70. Nenhuma acção pode ser tomada até à chegada do Director do Torneio.

ART 69

REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO ACORDADA

A. Quando há acordo

Considera-se haver acordo quando os adversários concordam com a reivindicação ou concessão de um concorrente, não levantando qualquer objecção antes de a sua linha dar uma voz na mão seguinte ou até ao fim da posição, conforme o que ocorrer primeiro. O resultado é marcado como se as vazas reivindicadas ou concedidas tivessem sido ganhas ou perdidas no carteio.

* Se a declaração ou acção disser respeito apenas a ganhar ou perder uma vaza incompleta em curso, o carteio continua normalmente; as cartas expostas ou mostradas por um defensor não são penalizadas, mas pode-se aplicar o ART 16 e cf. ART 57A.

B. Decisão do Director do Torneio

O acordo sobre uma reivindicação ou concessão (ver A.) pode ser retirado dentro do período para correcções estipulado no ART 79C:

1. se um jogador tiver aceite a perda de uma vaza que a sua linha efectivamente ganhou, ou
2. se um jogador aceitou perder uma vaza que a sua linha teria provavelmente ganho se o carteio continuasse.

O resultado da mão é corrigido atribuindo-se essa vaza à linha que a tinha concedido.

ART 70

REIVINDICAÇÃO OU CONCESSÃO CONTESTADA

A. Objectivo geral

Ao decidir sobre uma reivindicação ou concessão contestada, o Director do Torneio decidirá o resultado da mão tão equitativamente quanto possível para as duas linhas, mas qualquer aspecto em dúvida quanto a uma reivindicação será decidido contra o reivindicador. O Director do Torneio procederá da seguinte forma:

B. Repetição dos esclarecimentos

1. O Director do Torneio pedirá ao reivindicador para repetir os esclarecimentos que deu aquando da reivindicação.
2. Em seguida, o Director do Torneio ouve as objecções dos adversários à reivindicação (mas as considerações do Director do Torneio não estarão limitadas apenas a essas objecções).
3. O Director do Torneio pode pedir aos jogadores que ponham as suas cartas restantes na mesa voltadas para cima.

C. Há um trunfo de fora

Quando houver um trunfo na mão de um dos adversários, o Director do Torneio atribuirá a estes uma ou mais vazas se:

1. o reivindicador nada tiver referido acerca desse trunfo, e
2. for perfeitamente verosímil que, aquando da reivindicação, o reivindicador não estivesse ciente de que restava um trunfo na mão de um dos adversários, e
3. for possível perder uma vaza para esse trunfo com qualquer carteio normal*.

D. Considerações do Director do Torneio

1. O Director do Torneio não deverá aceitar uma linha de jogo bem sucedida não abrangida pela declaração de esclarecimento original do reivindicador se houver uma linha alternativa normal* de carteio que seria menos bem sucedida.
2. O Director do Torneio não aceitará nenhuma parte da reivindicação de um defensor que dependa de o seu parceiro escolher uma determinada jogada entre jogadas alternativas normais*.
3. De acordo com o ART 68D o carteio deveria ter terminado, mas se tiver ocorrido qualquer jogada depois da reivindicação, tal pode fornecer prova a ser considerada como parte do esclarecimento da reivindicação; o Director do Torneio pode aceitá-la como evidência das jogadas prováveis posteriores à reivindicação e/ou da pertinência da reivindicação.

E. Linha de jogo não indicada

1. O Director do Torneio não deverá aceitar do reivindicador nenhuma linha de jogo não mencionada cujo sucesso dependa de encontrar uma carta particular num determinado adversário, a menos que o outro adversário não tenha assistido ao naipe dessa carta antes da reivindicação ou que não fosse posteriormente assistir a esse naipe em qualquer linha normal* de jogo, ou que fosse irracional não adoptar essa linha de jogo.
2. A Autoridade Reguladora pode determinar uma ordem (por exemplo de cima para baixo) segundo a qual o Director do Torneio considerará que um naipe seja jogado se tal não tiver sido esclarecido na declaração de reivindicação (embora sempre sujeito a qualquer outra exigência constante deste artigo).

* Para os efeitos dos ART 70 e 71, a designação "normal" inclui as jogadas que seriam descuidadas ou piores para a categoria do jogador envolvido.

ART 71

CONCESSÃO ANULADA

Uma concessão, uma vez feita, tem que ser mantida, mas o Director do Torneio anulará uma concessão dentro do período para correcções estabelecido no ART 79C:

1. se um jogador conceder uma vaza que a sua linha de facto ganhou; ou
 2. se um jogador tiver concedido uma vaza que não poderia ser perdida num carteio normal* das cartas restantes.
- O resultado da mão é corrigido com essa vaza atribuída à linha que a tinha concedido.

ART 72

PRINCÍPIOS GERAIS

A. Observância deste Código

Os torneios de bridge deverão ser jogados em estrito acordo com este Código. O objectivo principal é o de obter um resultado melhor que os outros concorrentes, cumprindo os procedimentos legais e os padrões éticos expostos neste Código.

B. Infracção a este Código

1. Um jogador não pode infringir este Código intencionalmente, mesmo que esteja prevista uma rectificação que ele esteja disposto a aceitar.
2. Não existe a obrigação de chamar a atenção para uma infracção deste Código cometida pela própria linha (ver porém o ART 20F para uma explicação errada e cf. ARTs 62A e 79A2).
3. Um jogador não pode tentar esconder uma infracção, por exemplo cometendo uma segunda renúncia, escondendo uma carta envolvida numa renúncia ou misturando as cartas prematuramente.

ART 73

COMUNICAÇÃO

A. Modo correcto de comunicação entre parceiros

1. A transmissão de informação entre parceiros durante o leilão e o carteio efectuar-se-á unicamente através das vozes e jogadas.
2. As vozes e as jogadas devem ser feitas sem ênfase, maneirismo ou entoação, e sem hesitação ou pressa excessivas. Contudo a Autoridade Reguladora pode estabelecer pausas obrigatórias, por exemplo na primeira volta do leilão, após aviso de voz em salto, ou na primeira vaza.

B. Comunicação incorrecta entre parceiros

1. Os parceiros não devem comunicar por meios tais como:
 - o modo como as vozes ou jogadas são feitas,
 - observações ou gestos,
 - questões colocadas ou não colocadas aos adversários,
 - alertas ou explicações que lhes são ou não são dados.
2. A infracção mais grave possível de um par é trocar informações através de métodos pré-combinados de comunicação que não sejam os previstos neste Código.

* Para os efeitos dos ARTs 70 e 71, a designação "normal" inclui as jogadas que seriam descuidadas ou piores para a categoria do jogador envolvido.

C. Um jogador recebe do parceiro informação não autorizada

Quando um jogador tiver disponível informação não autorizada proveniente do parceiro, por exemplo através de uma observação, pergunta, explicação, gesto, maneirismo, ênfase indevida, entoação, pressa ou hesitação, alerta ou falta de alerta inesperado*, ele tem de evitar tirar qualquer vantagem dessa informação não autorizada.

D. Variações de ritmo ou de comportamento

1. É desejável, embora nem sempre obrigatório, que os jogadores mantenham o ritmo constante e o comportamento uniforme. Devem, contudo, ser particularmente cuidadosos em situações em que essas variações possam beneficiar a sua linha. Por outro lado, variações não intencionais de ritmo ou de comportamento ao dar uma voz ou fazer uma jogada não constituem, por si só, uma infracção. Inferências sobre tais variações só podem ser tiradas por um adversário e por sua própria conta e risco.

2. Um jogador não pode tentar enganar um adversário por meio de uma observação ou gesto, através da pressa ou hesitação numa voz ou jogada (como por exemplo hesitando antes de jogar uma carta seca), da forma como uma voz ou jogada é feita ou por qualquer desvio propositado do procedimento correcto.

E. Acção enganadora

Um jogador pode de forma legal tentar enganar um adversário através de uma voz ou jogada (desde que essa acção enganadora não esteja protegida por entendimento ou conhecimento dissimulado entre parceiros).

F. Violação das regras de correcção

Quando uma violação das regras de correcção descritas neste artigo resultar em prejuízo para um adversário inocente, se o Director do Torneio considerar que um jogador inocente tirou uma inferência falsa de uma observação, comportamento, ritmo, ou outro, de um adversário que não tinha nenhuma razão bridgística justificada para essa acção, e que poderia saber quando o fez que essa acção funcionaria em seu benefício, o Director do Torneio deverá atribuir um resultado ajustado (cf. ART 12C).

ART 74

CONDUTA E ETIQUETA

A. Atitude correcta

1. Os jogadores devem manter permanentemente uma atitude cortês.
2. Os jogadores devem evitar cuidadosamente qualquer reparo ou acto que possa causar aborrecimento ou embaraço a outro jogador ou que possa interferir com o prazer do jogo.
3. Os jogadores devem adoptar um procedimento uniforme e correcto, tanto no leilão como no carteio.

B. Etiqueta

Por uma questão de cortesia os jogadores devem evitar:

1. Prestar insuficiente atenção ao jogo.
2. Fazer comentários gratuitos durante o leilão e o carteio.
3. Destacar uma carta antes de ser a sua vez de jogar.
4. Prolongar desnecessariamente o carteio (como continuar a jogar sabendo que todas as vazas são suas) com o objectivo de perturbar um adversário.
5. Chamar ou dirigir-se ao Director do Torneio de uma forma descortês para ele ou para os outros jogadores.

* i.e. inesperado em relação à base da sua acção

C. Violações das normas de conduta

São exemplos de violação das normas de conduta os seguintes:

1. Utilizar designações diferentes para a mesma voz.
2. Revelar aprovação ou desaprovação por uma voz ou jogada.
3. Revelar expectativa ou intenção de ganhar ou de perder uma vaza ainda não completada.
4. Comentar ou agir durante o leilão ou o carteio de forma a chamar a atenção para uma ocorrência significativa ou para o número de vazas que faltam para ganhar o contrato.
5. Olhar fixamente para outro jogador durante o leilão ou o carteio, ou para a mão de qualquer outro jogador como quem tem a intenção de ver as suas cartas ou de observar o lugar de onde ele retira uma carta (é porém correcto agir em função de informação obtida por ver involuntariamente uma carta de um adversário*).
6. Mostrar evidente desinteresse por uma mão em curso (por exemplo fechando as suas cartas).
7. Variar o ritmo do leilão ou do carteio com o objectivo de desconcertar um adversário.
8. Retirar-se desnecessariamente da mesa antes de ser anunciado o final da posição.

ART 75

EXPLICAÇÃO OU VOZ ERRADA

Depois de ter sido dada uma explicação errada aos adversários as responsabilidades dos jogadores (e do Director do Torneio) estão ilustradas nas consequências do exemplo seguinte:

Norte abriu em 1ST e Sul, que tem uma mão fraca com comprimento em Oiros, marcou 2 Oiros como desistência; em resposta a uma pergunta de Oeste, Norte explicou que a voz de Sul era forte e artificial, perguntando pelos naipes ricos.

A. Erro causando informação não autorizada

Seja a explicação de Norte correcta ou não em termos de acordo entre parceiros, Sul, tendo ouvido a explicação de Norte, sabe que a sua voz de 2 Oiros foi mal interpretada. Este conhecimento constitui informação não autorizada (cf. ART 16A), de modo que Sul deve ter o cuidado de evitar tirar qualquer vantagem dessa informação (cf. ART 73C); se o fizer o Director do Torneio deve atribuir um resultado ajustado. Por exemplo, se Norte rebidar 2ST, Sul fica com a informação não autorizada de que esta voz apenas nega 4 cartas em qualquer dos naipes ricos; mas a responsabilidade de Sul é de agir como se Norte tivesse feito uma forte tentativa de partida perante uma resposta fraca, mostrando uma mão com valores máximos.

B. Explicação errada

O acordo efectivo do par é que 2 Oiros é uma voz natural de desistência; o erro esteve na explicação de Norte. Esta explicação é uma infracção à lei, visto que Este-Oeste têm direito a uma descrição exacta do acordo de Norte-Sul (quando esta infracção resultar em prejuízo para Este-Oeste, o Director do Torneio deve atribuir um resultado ajustado). Se posteriormente Norte se der conta do seu erro, tem de informar imediatamente o Director do Torneio. Sul não pode fazer nada para corrigir a explicação errada até ao fim do leilão; depois do passe final, Sul, se for declarante ou morto, deve chamar o Director do Torneio e corrigir voluntariamente a explicação; se Sul for defensor, quando acabar o carteio chama o Director do Torneio e corrige a explicação.

C. Voz errada

O acordo da parceria é como explicado - 2 Oiros é forte e artificial; o erro esteve na voz de Sul. Aqui não há infracção da lei, visto que Este-Oeste receberam uma descrição correcta do acordo de Norte-Sul; não têm direito a reclamação face a uma descrição correcta das mãos de Norte-Sul (independentemente do prejuízo, o Director do Torneio deve permitir que o resultado se mantenha; na falta de prova em contrário o Director do Torneio deve presumir que se tratou de Explicação Errada em detrimento de Voz Errada). Sul não pode corrigir a explicação de Norte (nem informar o Director do Torneio) imediatamente, assim como não tem a responsabilidade de o fazer posteriormente.

* Cf. ART 73D2 quando um jogador possa ter mostrado as suas cartas intencionalmente

ART 76**ESPECTADORES****A. Controlo**

1. Os espectadores na área de jogo* estão sujeitos ao controlo do Director do Torneio de acordo com os regulamentos do Torneio.
2. As Autoridades Reguladoras e as Entidades Organizadoras dos Torneios que disponibilizarem meios para a retransmissão do jogo em tempo real podem regulamentar os termos segundo os quais tais transmissões serão vistas e definir uma conduta aceitável para os espectadores (um espectador não pode comunicar com um jogador no decorrer de uma sessão em que este esteja a jogar).

B. À mesa

1. Um espectador não pode olhar para a mão de mais do que um jogador a menos que autorizado pelos regulamentos.
2. Um espectador não pode mostrar qualquer reacção ao leilão ou carteio no decorrer de uma mão.
3. Durante o decorrer de uma posição ou encontro os espectadores têm que se abster de reacções ou comentários de qualquer tipo e de conversar com os jogadores.
4. Um espectador não pode perturbar um jogador.
5. Um espectador à mesa não pode chamar a atenção para nenhum aspecto do jogo.

C. Participação

1. Um espectador só se pode pronunciar sobre um facto ou lei dentro da área de jogo* quando para tal solicitado pelo Director do Torneio.
2. As Autoridades Reguladoras e as Entidades Organizadoras podem especificar o tratamento a ser dado a irregularidades causadas por espectadores.

D. Estatuto

Qualquer pessoa na área de jogo* que não seja um jogador ou um funcionário da Entidade Organizadora terá o estatuto de espectador, a menos que o Director do Torneio determine de forma diferente.

ART 77**TABELA DE MARCAÇÃO EM TORNEIO****PONTOS DE VAZA**

Ganhos pela linha do declarante caso cumpra o contrato:

| Por vaza de contrato declarada e cumprida | ♣ e ♦ | ♥ e ♠ | Sem Trunfo | |
|---|-------|-------|------------|-----------|
| | | | 1ª | seguintes |
| Simples | 20 | 30 | 40 | 30 |
| Dobrada | 40 | 60 | 80 | 60 |
| Redobrada | 80 | 120 | 160 | 120 |

Uma marcação de 100 ou mais pontos de vaza numa mão é uma PARTIDA.

Uma marcação de menos de 100 pontos de vaza é um PARCIAL.

* A área de jogo inclui todos os locais das instalações onde um jogador pode estar presente durante a sessão em que está a participar; pode ser definida de uma forma mais detalhada pelos regulamentos.

PONTOS DE PRÉMIO

a) Atribuídos à linha do declarante

| Prêmios de cumprimento | Não Dobrado | | Dobrado | | Redobrado | |
|------------------------|-------------------|-------------------|-----------|------------|-------------|------------|
| | Não Vulner. | Vulnerável | Não Vuln. | Vulnerável | Não Vulner. | Vulnerável |
| Cada vaza a mais | Os pontos de vaza | Os pontos de vaza | 100 | 200 | 200 | 400 |
| Contrato parcial | 50 | 50 | 100 | 100 | 150 | 150 |
| Partida | 300 | 500 | 300 | 500 | 300 | 500 |
| Pequeno Cheleme | 500 | 750 | 500 | 750 | 500 | 750 |
| Grande Cheleme | 1000 | 1500 | 1000 | 1500 | 1000 | 1500 |

b) Atribuídos à linha da defesa (por CABIDES)

| CABIDES | Não dobrado | | Dobrado | | Redobrado | |
|------------------------|-------------|------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Não Vulner. | Vulnerável | Não Vulner. | Vulnerável | Não Vulner. | Vulnerável |
| 1º | 50 | 100 | 100 | 200 | 200 | 400 |
| Seguintes | 50 | 100 | 200 | 300 | 400 | 600 |
| Bônus para o 4º e seg. | 0 | 0 | 100 | 0 | 200 | 0 |

Se os 4 jogadores passarem (cf. ART 22) cada linha marca um resultado de 0.

ART 78

MÉTODOS DE MARCAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA PROVA

A. Marcação por pontos de encontro

Na marcação por pontos de encontro, a cada concorrente é atribuído, em cada carteira que jogou e após comparação do seu resultado com os resultados obtidos pelos diferentes concorrentes que jogaram essa mesma carteira, duas unidades de marcação (pontos ou meios pontos de encontro) por cada resultado inferior ao seu; uma unidade de marcação por cada resultado igual ao seu; zero unidades de marcação por cada resultado superior ao seu.

B. Marcação por IMPs (*International Match Points*)

Na marcação por IMPs, em cada carteira a diferença entre os pontos totais dos dois resultados que estão a ser comparados é convertida em IMPs de acordo com a seguinte tabela:

| Diferença de pontos | IMP | Diferença de pontos | IMP | Diferença de pontos | IMP |
|---------------------|-----|---------------------|-----|---------------------|-----|
| 20 – 40 | 1 | 370 – 420 | 9 | 1500 – 1740 | 17 |
| 50 – 80 | 2 | 430 – 490 | 10 | 1750 – 1990 | 18 |
| 90 – 120 | 3 | 500 – 590 | 11 | 2000 – 2240 | 19 |
| 130 – 160 | 4 | 600 – 740 | 12 | 2250 – 2490 | 20 |
| 170 – 210 | 5 | 750 – 890 | 13 | 2500 – 2990 | 21 |
| 220 – 260 | 6 | 900 – 1090 | 14 | 3000 – 3490 | 22 |
| 270 – 310 | 7 | 1100 – 1290 | 15 | 3500 – 3990 | 23 |
| 320 – 360 | 8 | 1300 – 1490 | 16 | 4000 ou mais | 24 |

C. Marcação por pontos totais

Na marcação por pontos totais, o resultado de cada concorrente é o total de pontos obtidos em todas as mãos que jogou.

D. Características da prova

A Entidade Organizadora deve publicar antecipadamente e pôr à disposição dos concorrentes as características da prova. Estas devem discriminar as condições de inscrição, os métodos de marcação - desde que aprovados pela Autoridade Reguladora podem ser adoptados outros métodos de marcação (por exemplo conversões em Pontos de Vitória) - de determinação dos vencedores e de desempate, etc. Estas condições devem incorporar toda a informação especificada pela Autoridade Reguladora e não podem entrar em conflito com este Código ou com os regulamentos em vigor.

ART 79

VAZAS GANHAS

A. Acordo quanto a vazas ganhas

1. O número de vazas ganhas deve ser acordado antes das quatro mãos serem repostas na carteira.
2. Um jogador não pode conscientemente aceitar o registo de uma vaza que a sua linha não ganhou nem a concessão de uma vaza que os adversários não podiam perder.

B. Desacordo quanto a vazas ganhas

Se subsequentemente surgir um desacordo, o Director do Torneio tem que ser chamado, e então:

1. O Director do Torneio verifica se houve uma reivindicação ou concessão e nesse caso aplica o ART 69.
2. No caso contrário o Director do Torneio decide que resultado deve ser registado.

Se o Director do Torneio não tiver sido chamado antes do fim da posição ele decide de acordo com C. abaixo ou com o ART 87, se aplicável, mas não existirá obrigação de melhorar o resultado de uma linha.

C. Erro de registo

1. Até expirar o período especificado pela Entidade Organizadora, podem ser corrigidos erros de cálculo ou de registo dos resultados acordados, quer tenham sido cometidos pelos jogadores ou por "scorers". A menos que a Entidade Organizadora especifique um período mais alargado*, este período de correcção expira 30 minutos após os resultados oficiais terem sido disponibilizados para verificação.
2. Os regulamentos podem prever circunstâncias em que um erro de registo possa ser corrigido após o fim do Período de Correcção, se o Director do Torneio e a Entidade Organizadora tiverem ambos a convicção para além de qualquer dúvida razoável que esse registo está errado.

* Pode ser definido um período mais curto se a natureza especial da prova o exigir

ART 80

REGULAMENTOS E ORGANIZAÇÃO

A. A Autoridade Reguladora

1. A Autoridade Reguladora de acordo com este Código é
 - (a) a Federação Mundial de Bridge para os seus próprios torneios e provas mundiais;
 - (b) a Autoridade de Zona respectiva para os torneios e provas sob a sua égide;
 - (c) a Organização Nacional de Bridge para qualquer outro torneio ou prova que se realize no seu território.
2. A Autoridade Reguladora tem as responsabilidades e poderes definidos neste Código.
3. A Autoridade Reguladora pode delegar os seus poderes (retendo a responsabilidade final pelo seu exercício) ou pode transmiti-los (caso em que já não tem essa responsabilidade).

B. Entidade Organizadora do Torneio

1. A Autoridade Reguladora pode reconhecer uma entidade, designada por 'Entidade Organizadora do Torneio', a qual, sujeita aos requisitos da Autoridade Reguladora e a este Código, é responsável por organizar e preparar um torneio ou prova. Os poderes e deveres da Entidade Organizadora do Torneio podem ser delegados, mas a responsabilidade pelo seu cumprimento mantém-se sua. A Autoridade Reguladora e a Entidade Organizadora do Torneio podem ser uma e a mesma.
2. Os poderes e deveres da Entidade Organizadora do Torneio incluem:
 - (a) A nomeação do Director do Torneio; se não houver Director do Torneio nomeado, os jogadores devem designar uma pessoa para cumprir essas funções.
 - (b) Organizar com antecedência o torneio, incluindo o seu local de realização, o equipamento necessário e todas as outras necessidades logísticas.
 - (c) Fixar a data e hora de cada sessão
 - (d) Estabelecer as condições de participação
 - (e) Definir as regras para o leilão e carteio de acordo com este Código, assim como outras condições particulares (como por exemplo jogar com cortinas - podem ser modificadas as disposições para rectificação de acções não transmitidas para o outro lado da cortina).
 - (f) Anunciar regulamentos complementares a este Código, mas não em conflito com ele.
 - (g) (i) Providenciar* a nomeação de assistentes para o Director do Torneio.
(ii) Nomear outros elementos de apoio e definir as suas obrigações e responsabilidades.
 - (h) Providenciar para que as inscrições sejam aceites e registadas.
 - (i) Estabelecer as condições apropriadas para o jogo e divulgá-las aos concorrentes.
 - (j) Providenciar* para que os registos sejam recolhidos, os resultados calculados e o seu registo oficial feito.
 - (k) Tomar providências para a resolução de recursos de acordo com o ART 93.
 - (l) Quaisquer outros poderes e deveres conferidos por este Código.

ART 81

O DIRECTOR DO TORNEIO

A. Estatuto oficial

O Director do Torneio é o representante oficial da Entidade Organizadora do Torneio.

B. Restrições e responsabilidades

1. O Director do Torneio é o responsável local pela direcção técnica do torneio. Tem poderes para remediar quaisquer omissões da Entidade Organizadora do Torneio.
2. O Director do Torneio aplica este Código e os regulamentos suplementares anunciados ao seu abrigo, e por eles está limitado.

* É normal nalgumas 'jurisdições' que o Director do Torneio assuma a responsabilidade por algumas ou todas as tarefas que aqui competem à Entidade Organizadora do Torneio

C. Deveres e poderes do Director do Torneio

O Director do Torneio (e não os jogadores) tem a responsabilidade de rectificar irregularidades e de reparar danos. Os deveres e poderes do Director do Torneio também incluem normalmente o seguinte:

1. Manter a disciplina e assegurar o desenrolar normal do jogo.
2. Aplicar e interpretar este Código e informar os jogadores dos seus direitos e responsabilidades.
3. Rectificar algum erro ou irregularidade de que de algum modo tenha conhecimento, dentro do período de correcção previsto no ART 79C.
4. Fixar rectificações quando aplicáveis e exercer os poderes que lhe são atribuídos pelos ART 90 e 91.
5. Discricionariamente, a pedido da linha não infractora e se houver motivo para tal, não proceder à aplicação de rectificações.
6. Resolver litígios.
7. Reportar qualquer assunto à entidade apropriada.
8. Comunicar os resultados para registo oficial se a Entidade Organizadora do Torneio o requerer e tratar de quaisquer outros assuntos que a Entidade Organizadora do Torneio lhe tiver delegado.

D. Delegação de deveres

O Director do Torneio pode delegar em auxiliares qualquer dos seus deveres, mas não é por isso libertado da responsabilidade pelo seu correcto cumprimento.

ART 82

RECTIFICAÇÃO DE ERROS DE PROCEDIMENTO

A. Deveres do Director do Torneio

É da responsabilidade do Director do Torneio rectificar os erros de procedimento e manter o desenrolar do jogo de forma que não seja contrária a este Código.

B. Rectificação de um erro

Para rectificar um erro de procedimento, o Director do Torneio pode:

1. Atribuir um resultado ajustado, tal como autorizado por este Código.
2. Exigir, adiar ou cancelar o jogo de uma carteira.
3. Exercer qualquer outro poder que este Código lhe confira.

C. Erro do Director do Torneio

Se tiver sido tomada uma decisão que o Director do Torneio considere posteriormente ser incorrecta, e se não houver rectificação que permita o registo normal da mão, o Director do Torneio atribuirá um resultado ajustado, considerando para esse efeito ambas as linhas como não infractoras.

ART 83

NOTIFICAÇÃO DO DIREITO DE RECURSO

Se o Director do Torneio considerar que poderia ser pertinente uma revisão de uma decisão sua sobre um facto ou sobre o exercício dos seus poderes discricionários, informará o concorrente em questão do seu direito de recurso. Ele poderá também remeter o assunto à comissão competente.

ART 84

DECISÕES SOBRE FACTOS ACORDADOS

Quando o Director do Torneio é chamado para decidir sobre um ponto deste Código ou dos regulamentos a respeito do qual há acordo em matéria de facto, decidirá como segue:

A. Não há rectificação

Se nenhuma rectificação estiver prescrita neste Código e não houver lugar para o exercício dos seus poderes discricionários, ele ordenará que os jogadores prossigam o leilão ou o carteio.

B. Este Código prevê rectificação

Se o caso estiver claramente previsto num artigo que prescreva a rectificação para a irregularidade, ele aplicará essa rectificação e providenciará pelo seu cumprimento.

C. Opção do jogador

Se algum artigo deste Código der a um jogador a possibilidade de escolha da rectificação, o Director do Torneio explicará as opções disponíveis e providenciará para que a escolha seja feita e aplicada.

D. Opção do Director do Torneio

O Director do Torneio resolverá qualquer questão duvidosa a favor da linha não infractora, procurando restabelecer a equidade. Se na sua opinião for provável que uma linha não infractora tenha sido prejudicada por uma irregularidade para a qual este Código não preveja qualquer rectificação, ele ajustará o resultado (cf. ART 12).

ART 85

DECISÕES SOBRE FACTOS EM DISCUSSÃO

Quando o Director do Torneio é chamado para decidir sobre um ponto deste Código ou dos regulamentos a respeito do qual não há concordância em matéria de facto, procederá como segue:

A. Avaliação do Director do Torneio

1. Para determinar os factos o Director do Torneio baseará a sua opinião no balanço de probabilidades, i.e, de acordo com o peso relativo das provas que puder apurar.
2. Se o Director do Torneio estiver convencido que apurou os factos, decide de acordo com o ART 84.

B. Factos não determinados

Se o Director do Torneio for incapaz de apurar os factos de forma que considere satisfatória, tomará uma decisão que permita a continuação do jogo.

ART 86

EM PROVAS POR EQUIPAS OU SIMILARES

A. Resultado médio em provas por IMPs

Quando o Director do Torneio decide atribuir um resultado ajustado artificial de média mais ou de média menos em provas por IMPs, esse resultado será de mais 3 IMP ou menos 3 IMP respectivamente. Tal pode ser alterado pela Entidade Organizadora do Torneio, sujeito à aprovação da Autoridade Reguladora.

B. Resultados ajustados não equilibrados em encontros a eliminar

Quando o Director do Torneio atribuir resultados ajustados não equilibrados (cf. ART 12C) em encontros a eliminar, o resultado de cada concorrente na mão é calculado separadamente, sendo atribuída a ambos os concorrentes a média dos dois resultados.

C. Substituição de carteira

O Director do Torneio não deverá exercer o poder que lhe é conferido pelo ART 6, de ordenar a repetição da distribuição das cartas de uma mão, se o resultado final do encontro, sem essa mão, puder ser do conhecimento de um concorrente; em vez disso atribuirá um resultado ajustado.

D. Resultado obtido noutra mesa

Em provas por equipas, quando o Director do Torneio atribuir um resultado ajustado (excluindo os que decorram da aplicação do ART 6D2) e tiver havido noutra mesa um resultado* entre os mesmos concorrentes, o Director do Torneio pode atribuir um resultado ajustado em IMPs ou pontos totais (e deverá fazê-lo quando esse resultado for favorável à linha não infractora).

ART 87

CARTEIRA ALTERADA

A. Definição

Uma carteira é considerada como alterada se o Director do Torneio verificar que uma ou mais cartas foram deslocadas na carteira ou se verificar que o dador ou a vulnerabilidade são diferentes entre cópias da mesma carteira, razão pela qual os concorrentes cujos resultados deveriam ser comparados não jogaram a carteira em condições idênticas.

B. Marcação do resultado

Ao marcar o resultado de uma carteira alterada o Director do Torneio verifica tão precisamente quanto possível que resultados foram obtidos na carteira nas condições correctas e quais os que aconteceram na(s) forma(s) modificada(s). Nessa base divide os resultados em grupos e atribui os resultados separadamente por cada grupo de acordo com os regulamentos do torneio (na falta de um regulamento apropriado o Director do Torneio escolhe um método e divulga-o).

ART 88

ATRIBUIÇÃO DE PONTOS DE COMPENSAÇÃO

Ver ART 12C2.

ART 89

RECTIFICAÇÕES EM PROVAS INDIVIDUAIS

Ver ART 12C3.

* A mão pode ser terminada se já começada entre os mesmos dois concorrentes noutra mesa

ART 90

PENALIDADES DE PROCEDIMENTO

A. Autoridade do Director do Torneio

O Director do Torneio, para além das rectificações previstas neste Código, pode também aplicar penalidades de procedimento por qualquer infracção que indevidamente atrase ou perturbe o jogo, incomode outros concorrentes, infrinja o procedimento correcto, ou obrigue à atribuição de um resultado ajustado noutra mesa.

B. Faltas sujeitas a penalidades de procedimento

São exemplos de faltas sujeitas a penalidade de procedimento, mas não a elas limitadas, as seguintes:

1. Chegada de um concorrente após a hora estabelecida para o começo.
2. Jogo indevidamente lento por parte de um concorrente.
3. Discussão do leilão, do carteio ou do resultado de uma mão, susceptível de ser ouvida noutra mesa.
4. Comparação não autorizada de resultados com outro concorrente.
5. Tocar ou pegar em cartas pertencentes a outro jogador (cf. ART 7).
6. Colocação de uma ou mais cartas numa bolsa incorrecta da carteira.
7. Erros de procedimento (tais como não contar as suas cartas, jogar a carteira errada, etc.) que dêem origem à atribuição de um resultado ajustado a qualquer concorrente.
8. Não acatamento imediato dos regulamentos do torneio ou das instruções do Director do Torneio.

ART 91

PENALIZAR OU SUSPENDER

A. Poderes do Director do Torneio

No desempenho do seu dever de manutenção da ordem e da disciplina, o Director do Torneio tem poderes para aplicar penalidades disciplinares em pontos ou para suspender um concorrente na sessão em curso ou em parte dela. A decisão do Director do Torneio tomada ao abrigo deste ponto é definitiva e não pode ser corrigida por uma comissão de recurso (cf. ART 93B3).

B. Direito de desqualificar

O Director do Torneio tem poderes para desqualificar um concorrente por motivo justificado, sujeito à aprovação da Entidade Organizadora do Torneio.

ART 92

DIREITO DE RECURSO

A. Direito do concorrente

Um concorrente (ou o seu capitão, nos casos aplicáveis) pode recorrer de qualquer decisão tomada à sua mesa pelo Director do Torneio. Tal recurso, se for considerado desprovido de mérito, pode ser sujeito a uma sanção imposta pelos regulamentos.

B. Prazo para recurso

O direito de requerer uma decisão do Director do Torneio ou de recorrer de uma decisão por ele tomada expira 30 minutos após o resultado oficial ter sido disponibilizado para exame, a menos que a Entidade Organizadora do Torneio tenha definido um período de tempo diferente.

C. Como recorrer

Todos os recursos serão submetidos através do Director do Torneio.

D. Acordo entre os recorrentes

Um recurso só será aceite se:

1. num torneio de pares, ambos os membros do par subscreverem o recurso (embora num torneio individual um recorrente não necessite do acordo do seu parceiro);
2. numa prova por equipas, o capitão da equipa esteja de acordo em que o recurso seja feito.

ART 93

PROCEDIMENTOS DE RECURSO

A. Não há Comissão de Recurso

Caso não haja Comissão de Recurso (ou solução alternativa de acordo com o ART 80B2(k)), ou se essa Comissão não puder reunir sem perturbar o desenrolar do torneio, o Director do Torneio ouvirá todos os recursos e decidirá sobre eles.

B. Comissão de Recurso disponível

Se uma Comissão de Recurso estiver disponível,

1. O Director do Torneio ouvirá e decidirá sobre a parte do recurso que trate unicamente de questões de direito (leis ou regulamentos); a sua decisão é passível de recurso para a Comissão de Recurso.
2. O Director do Torneio submeterá todos os outros recursos à Comissão de Recurso para decisão.
3. Ao decidir sobre os recursos, a Comissão de Recurso pode exercer todos os poderes conferidos por este Código ao Director do Torneio, mas não pode modificar decisões do Director do Torneio decorrentes da aplicação deste Código ou dos regulamentos, ou no exercício dos seus poderes disciplinares previstos no ART 91 (a Comissão de Recurso pode no entanto recomendar ao Director do Torneio que altere a sua decisão).

C. Possibilidades adicionais de recurso

1. A Autoridade Reguladora pode estabelecer procedimentos para recursos suplementares após os procedimentos precedentes terem sido esgotados. Esses recursos suplementares, se considerados desprovidos de mérito, podem ser sujeitos a sanções impostas pelos regulamentos.
2. O Director do Torneio ou a Comissão de Recurso podem remeter um assunto para posterior consideração pela Autoridade Reguladora, a qual tem autoridade para resolver qualquer assunto a título definitivo.
- 3.(a) Não obstante 1. e 2. supra, se tal for julgado crucial para o prosseguimento do torneio, a Autoridade Reguladora pode delegar na respectiva Comissão de Recurso a responsabilidade de resolver o recurso em última instância, ficando, conjuntamente com as partes envolvidas no recurso, vinculada ao resultado dessa decisão.

(b) Com a devida notificação aos concorrentes, a Autoridade Reguladora pode autorizar à sua vontade a omissão ou modificação das instâncias de recurso previstas neste Código.*

* A Autoridade Reguladora é responsável pelo cumprimento de qualquer lei nacional que possa afectar a sua acção.

A

| | |
|--|--------------|
| acção alternativa lógica | 16B1(b) |
| acção enganadora | 73E |
| acção retirada | DEFN, 16D |
| acção anulada é uma | DEFN |
| carta, designação involuntária | 45C4(b) |
| carta, retirada | 47 |
| informação autorizada, linha não infractora | 16D1 |
| informação não autorizada, linha infractora | 16D2 |
| restrições ao ataque | 26 |
| voz intencional | 25B |
| voz não intencional | 25A |
| acordo (entre parceiros) | |
| <i>ver</i> entendimento entre parceiros | |
| adversário | DEFN |
| direitos dos adversários | 9B1(d) |
| ajudas de memória, cálculo ou técnica | 40C3(a) |
| alerta | DEFN |
| divulgação | 40B2(a) |
| falta de, informação errónea | 20F5(a) |
| falta de, informação não autorizada | 16B1(a), 73C |
| inesperado, informação não autorizada | 16B1(a), 73C |
| anulada | |
| <i>ver</i> acção retirada | |
| ASD | DEFN |
| ASE | DEFN |
| assistir (a naípe) | DEFN |
| ataque | DEFN |
| extemporâneo | 53, 54, 55 |
| extemporâneo, aceite | 53, 54, 55A |
| extemporâneo, informação errada | 47E1 |
| extemporâneo, pelo declarante | 53, 54E, 55 |
| extemporâneo, por defensor | 53, 54 |
| impossibilidade de atacar como exigido | 59 |
| não aceite | 55B |
| prematureo | 57 |
| restrições, se carta(s) penalizada(s) | 50, 51 |
| restrições, se voz retirada | 26 |
| simultâneo | 58 |
| atribuição de lugares | 5 |
| mudança de linha ou de mesa | 5B |
| Autoridade Reguladora | 80A |
| Autoridade de Zona | 80A1(b) |
| Federação Mundial de Bridge | 80A1(a) |

| | |
|--|--------------|
| pode ser a Entidade Organizadora | 80B1 |
| possibilidades adicionais de recurso | 93C |
| Organização Nacional de Bridge | 80A1(c) |
| poderes delegados | 80A3 |
| poderes transmitidos | 80A3 |
| responsabilidades e poderes | 80A2 |
| Autoridade de Zona | 80A1(b) |
| B | |
| baralhar | 6A |
| não baralhar | 6D2 |
| de novo | 6D1 |
| opções do Director do Torneio | 6E |
| por instruções do Director do Torneio | 6D3 |
| baralho | DEFN, 1 |
| C | |
| cabide | DEFN |
| marcação | 77 |
| cálculo, ajudas de | 40C3(a) |
| campo | DEFN |
| <i>ver linha</i> | |
| carta(s) | |
| baralhar depois do carteio terminado | 7C |
| baralhar e dar | 6 |
| carta penalizada | 49, 50 |
| carta penalizada, não jogada | 52 |
| carta retirada | 16D, 47 |
| cartas penalizadas, duas ou mais | 51 |
| contagem de | 7B2 |
| correção de designação involuntária | 45C4(b) |
| designação de carta do morto, completa | 46A |
| designação de carta do morto, errada | 46B |
| designação de carta do morto, incompleta | 46B |
| designação de carta do morto, involuntária | 45C4(b), 46B |
| designada ou nomeada | 45C4(a) |
| devolução à carteira | 7C |
| em falta | 14 |
| exposta, declarante | 48 |
| exposta, defensor | 49 |
| exposta, durante o período do leilão | 24 |
| inspecção de | 7B2, 66 |
| jogada obrigatória de | 45C |
| jogada | 45 |
| manter a posse de | 7B3 |
| morto indica | 45F |
| morto joga incorrectamente | 45D |
| não pode ser encontrada | 14A2 |
| número incorrecto de | 13 |
| ordem | 1 |
| quinta carta jogada para vaza | 45E |
| renúncia | |

| | |
|--|---------------------|
| <i>ver</i> renúncia | |
| retirada | 47 |
| retirada da carteira | 7B1 |
| retirada da carteira errada | 17D |
| carta em falta | 14 |
| descoberta antes do começo do carteio | 14A |
| descoberta posteriormente | 14B |
| informação resultante da reposição | 14C |
| carta penalizada | DEFN, 50 |
| declarante ou morto | 48A |
| defensor | 49 |
| duas ou mais | 51 |
| não jogada | 52 |
| carteio | |
| <i>ver</i> jogo | |
| carteio normal impossível | 12A2, 12C2 |
| carteira(s) | DEFN, 2 |
| <i>ver também</i> mão | |
| alterada | 87 |
| colocação da | 7A |
| dador e vulnerabilidade | 2 |
| duplicação de | 6F |
| errada | 15 |
| errada, descoberta durante o leilão | 15C |
| errada, jogada anteriormente | 15B |
| errada, não jogada previamente | 15A |
| movimentação das | 8A |
| remover as cartas da | 7B |
| repor cartas na | 7C |
| substituição de | 6D3 |
| substituição em encontro por equipas | 86C |
| cheleme | DEFN |
| comunicação | 73 |
| <i>ver também</i> informação | |
| acção enganadora adequada | 73E |
| enganadora sem razão demonstrável | 73F |
| entre parceiros, correcta | 73A |
| entre parceiros, incorrecta | 73B |
| conduta | 73D |
| informação não autorizada recebida do parceiro | 73C |
| pré combinado | 73B2 |
| tempo | 73D |
| concessão | 68, 69, 70, 71 |
| <i>ver também</i> reivindicação | |
| acordo com reivindicação ou concessão | 69 |
| acordo com reivindicação ou concessão, há | 69A |
| acordo sobre reivindicação ou concessão retirado | 69B |
| anulação de | 71 |
| carteio normal | 71 (nota de rodapé) |
| contestada | 70A |
| definição de | 68B1 |
| objecção do parceiro, carteio continua | 68B2 |

| | |
|---|------------|
| concorrente | DEFN |
| conduta | 74 |
| consciência de prejuízo potencial | 23 |
| contagem das cartas | 7B2 |
| contrato | DEFN, 22A2 |
| dobrado | 19D, 77 |
| redobrado | 19D, 77 |
| convenção | 40B1(b) |
| <i>ver também</i> entendimento entre parceiros | |
| correção prematura de uma irregularidade | 9C |
| cortesia | 74A1 |
| D | |
| dador e vulnerabilidades | 2 |
| dar as cartas | 6B |
| cartas incorrectamente dadas ou expostas | 6D1 |
| métodos diferentes, dar ou pré-dar | 6E4 |
| não há resultado, se cartas dadas sem baralhar | 6D2 |
| não voltar a dar | 86C |
| opções do Director do Torneio para dar cartas | 6E |
| voltar a dar | 6D |
| voltar a dar por instruções do Director do Torneio | 6D3 |
| declaração | DEFN |
| <i>ver também</i> voz | |
| antes de passe extemporâneo | 30B |
| baseada em informação errónea do adversário | 21B1(b) |
| cobrir | 18B |
| declaração insuficiente | |
| declaração insuficiente | |
| <i>ver</i> declaração insuficiente | |
| declaração suficiente | 18C |
| depois do leilão acabado | 39 |
| errada | 75 |
| métodos diferentes | 18F |
| extemporânea | 31 |
| forma correcta | 18A |
| ordenação das denominações | 18E |
| sete, de nível superior a | 38 |
| declaração insuficiente | 18D, 27 |
| aceite | 27A1 |
| extemporânea | 27A2, 31 |
| não aceite | 27B |
| parceiro possivelmente obrigado a passar | 27B2, 3, 4 |
| resultado ajustado, linha não infractora prejudicada | 27D |
| substituição prematura | 27C |
| substituída ao mais baixo nível e não artificial | 27B1(a) |
| substituída por dobre ou redobre | 27B3 |
| substituída por outra declaração insuficiente | 27B4 |

| | |
|---|---------------------------|
| substituída por um passe | 27B2 |
| substituída por voz legal com o mesmo significado* | 27B1(b), (nota de rodapé) |
| declarante | DEFN |
| declarante após saída extemporânea | 54A |
| defensor | DEFN |
| definições | DEFINIÇÕES |
| denominação | DEFN |
| ordem | 1, 18E |
| Director do Torneio | DEFN,81 |
| convocação | 9B1 |
| critérios de avaliação de provas | 85A1 |
| decisões sobre factos acordados | 84 |
| decisões sobre factos em discussão | 85 |
| decisões sobre factos não determinados | 85B |
| delegação de deveres | 81D |
| deveres e poderes | 81C |
| direito de desqualificar | 91B |
| direito de recurso | 83 |
| erro do Director do Torneio | 82C |
| estatuto oficial | 81A |
| poderes de penalizar ou suspender | 91A |
| poderes discricionários | 12 |
| restrições e responsabilidades | 81B |
| direitos | |
| de falar, retenção de | 17E2 |
| determinação de rectificação | 10A |
| dos adversários após chamada do Director do Torneio | 9B1(c),(d) |
| morto | 42 |
| disposição das mesas | 3 |
| dobre | DEFN |
| coberto legalmente | 19C |
| correctamente enunciado | 19A2 |
| extemporâneo | 32 |
| inadmissível | 27B3, 36 |
| incorrectamente enunciado | 19A3 |
| legal | 19A1 |
| marcação | 77 |
| duplicação das mãos | 6F |
| E | |
| entendimentos entre parceiros | 40 |
| ou acordos sistémicos | |
| ajudas de memória, cálculo ou técnica | 40C3(a) |
| convenção | 40B1(b) |
| desvios aos | 40B2(d), 40B3, 40C |
| dever de disponibilizar antes do começo do jogo | 40A1(b) |
| especiais | 40B |
| explícitos e implícitos | 40A1(a) |
| folha de convenções | 40B2(a) |

| | |
|--|---------------------|
| folha de convenções, consulta da própria | 20G2, 40B2(b) |
| folha de convenções dos adversários, consulta | 40B2(c) |
| implícitos | 40A1(a), 40C1 |
| informação transmitida através | 40A2 |
| não revelados | 40A3, B4, C1, C3(b) |
| obrigação de divulgar, violações repetidas | 40C3(b) |
| psíquicos | 40C |
| psíquicos de vozes artificiais | 40B2(d) |
| resultado ajustado por falha de esclarecimento | 40B4, 40B6(b) |
| revelação de informação especial transmitida | 40B6(a) |
| revelação do significado, falha de | 40B4 |
| revelação, inferências | 40B6(a) |
| significado artificial | 40B1(b) |
| Entidade Organizadora do Torneio | 80B |
| aceitar e registar inscrições | 80B2(h) |
| condições do jogo | 78D, 80B2(i) |
| condições de participação | 78D, 80B2(d) |
| data e hora das sessões | 80B2(c) |
| Director do Torneio pode assumir responsabilidade de algumas tarefas | 80 (nota de rodapé) |
| leilão e carteio, regras | 80B2(e) |
| nomeação do Director do Torneio | 80B2(a) |
| nomeação de assistentes do Director do Torneio | 80B2(g) (i) |
| nomeação de pessoal de apoio | 80B2(g)(ii) |
| período de correcção | 79C |
| pode ser a Autoridade Reguladora | 80B1 |
| preparativos do torneio | 80B2(b) |
| poderes e deveres | 80B2 |
| poderes e deveres, delegação | 80B1 |
| prazo para recurso | 92B |
| recursos | 80B2(k), 93A |
| regulamentos suplementares | 80B2(f) |
| resultados e registos | 80B2(j) |
| equidade | 12C1(c) |
| equipa | DEFN |
| erros de procedimento | |
| rectificação | 82 |
| espectadores | 76 |
| à mesa | 76B |
| controlo | 76A |
| estatuto | 76D |
| irregularidade causada por | 76C2 |
| participação | 76C |
| eventos | DEFN |
| <i>ver provas</i> | |
| explicação | |
| ou informação | |
| vozes | 20F |
| correcção de erros | 20F5, 75B |
| errada, presumidamente | 21B1(b), 75C |
| errada, informação não autorizada | 75A |
| jogo de flanco | 20F2 |
| procedimento incorrecto | 20G |

| | |
|--|---------------|
| extrínseco(a) | DEFN |
| F | |
| factos | |
| acordados | 84 |
| avaliação pelo Director do Torneio | 85A |
| decisões | 85 |
| Federação Mundial de Bridge | 80A1(a) |
| fim da última posição | 8C |
| fim da posição | 8B |
| fim da sessão | 8C |
| folha de convenções | 40B2(a) |
| consulta da própria, interdição | 20G2, 40B2(b) |
| consulta da dos adversários | 40B2(c) |
| H | |
| honra | DEFN |
| I | |
| Informação, autorizada e não autorizada | 16 |
| <i>ver também</i> comunicação | |
| acção retirada, não autorizada para a linha infractora | 16D2 |
| acção retirada, autorizada para a linha não infractora | 16D1 |
| características dos adversários, autorizada | 16A2 |
| estimativa da pontuação na prova, autorizada | 16A2 |
| extrínseca de outras fontes | 16C |
| extrínseca do parceiro | 16B, 73C |
| extrínseca, não autorizada | 16A3 |
| legal, utilizável para vozes ou carteios | 16A1(a) |
| posse antecipada, não excluída por este Código | 16A1(d) |
| proveniente de vozes e jogadas retiradas | 16D |
| requisitos do regulamento do torneio, autorizada | 16A2 |
| vozes e jogadas legais, autorizada | 16A1(a) |
| informação errónea | |
| voz baseada em informação errónea | 21B |
| mudança de jogada | 47E |
| infracção | DEFN, 72B |
| <i>ver também</i> irregularidade | |
| da própria linha | 72B2 |
| esconder | 72B3 |
| intencional | 72B1 |
| inspecção das vazas | 66 |
| após o final do carteio | 66A |
| última carta jogada pelo próprio | 66B |
| vaza em curso | 66A |
| vazas fechadas | 66C |

| | |
|---|-----------|
| international match point (IMP) | DEFN, 78B |
| interpretação deste Código | INTRO |
| irregularidade | DEFN |
| <i>ver também infracção</i> | |
| depois de chamada a atenção | 9B |
| aplicação de rectificação | 10 |
| consciência de prejuízo potencial | 23 |
| causada por espectador | 76C2 |
| escolha posterior proporcionada por este Código | 10C |
| chamar a atenção para | 9A |
| mais nenhuma acção | 9B2 |
| direitos dos adversários | 9B1(d) |
| direitos dos jogadores | 9B1(c) |
| correção prematura | 9C |
| prevenção de | 9A3 |
| procedimento na sequência | 9 |
| retenção de direitos | 9B1(c) |
| convocação do Director do Torneio | 9B1(a)(b) |
| | |
| J | |
| jogada | |
| <i>ver jogo</i> | |
| jogadores | 3, 4, 5 |
| movimento de | 8A |
| inscrição e constituição de pares | 4 |
| jogo | DEFN |
| <i>ou jogada ou carteio</i> | |
| começo do carteio | 41 |
| jogada após irregularidade | 60A |
| jogada após jogada ilegal | 60 |
| impossibilidade de assistir | 44D |
| impossibilidade de atacar ou jogar como exigido | 59 |
| jogadas subsequentes após o ataque | 44B |
| obrigatoriedade de assistir | 44C |
| ataque ou jogada prematura | 57 |
| procedimentos de | 44 |
| ataque | 44A |
| ataques ou jogadas simultâneas | 58 |
| | |
| L | |
| leilão | DEFN |
| <i>ver período do leilão</i> | |
| linha | DEFN |
| <i>ver campo</i> | |
| linha não infractora | |
| perda do direito a rectificação | 11A |
| acção retirada, informação autorizada | 16D1 |

M

mão DEFN

marcação

ver também **resultado**

carteira alterada 87
 contrato dobrado 19D
 contrato redobrado 19D
 erro de registo 79C
 'international match point' (IMP) 78B
 outros métodos 78D
 pontos totais 78C
 tabela de marcação 77

morto

DEFN

designação de carta para ser jogada do 46
 direitos absolutos 42A
 direitos limitados 42B
 exposição da mão 41D
 indica carta 45F
 restrições 43

movimento

de carteiras 8A
 de jogadores 8A

N

naipe

DEFN, 1

designação de 46B2
 designação incompleta 46B3,B5

O

obrigação de passar, acção violadora 37

opções

escolha mais vantajosa pelo infractor depois da rectificação 10C4
 escolha sem consultar o parceiro 10C2
 exposição das 10C1
 mais vantajosa 10C3

ordenação

cartas e naipes 1
 denominações 18E

P

parceiro

DEFN

informação extrínseca proveniente do 16B

parcial (resultado)

DEFN

marcação 77

passe

DEFN

| | |
|---|---------------------|
| acção violadora da obrigação | 37 |
| artificial extemporâneo | 30C |
| extemporâneo | 30 |
| extemporâneo antes de qualquer declaração | 30A |
| extemporâneo após uma declaração | 30B |
| final, recapitulação do leilão | 20C |
| geral | 22A1 |
| forçado beneficiando o infractor | 23 (nota de rodapé) |
| pausas obrigatórias | 73A2 |
| penalidade | DEFN |
| <i>ver também</i> rectificação | |
| penalidades disciplinares | 91A |
| penalidades de procedimento | 90 |
| penalidade de procedimento, provas individuais | 12C3 |
| violações repetidas da obrigação de divulgar entendimentos do par | 40C3(b) |
| penalidades de procedimento | 90 |
| atrasos | 90B1 |
| autoridade do Director do Torneio | 90A |
| cartas mal colocadas | 90B6 |
| comparação de resultados | 90B4 |
| discussão em voz alta | 90B3 |
| erros de procedimento | 90B7 |
| faltas sujeitas a | 90B |
| jogo lento | 90B2 |
| não acatar prontamente regulamentos ou instruções | 90B8 |
| tocar ou pegar em cartas de outro jogador | 90B5 |
| período de carteio | DEFN |
| começo irrevogável do | 41C |
| explicação de vozes durante | 20F2 |
| período de correcção | 79C |
| período de esclarecimento | 22B1, 41 |
| período do leilão | 17 |
| carta exposta ou jogada durante | 24 |
| cartas retiradas de uma carteira errada | 17D |
| começo do período do leilão | 17A |
| explicação de vozes durante | 20F |
| fim do leilão | 17E, 22A |
| fim do período do leilão | 17E, 22B, 41A,B |
| período de esclarecimento | 22B1, 41A,B |
| primeira voz | 17B |
| recapitulação antes da carta de saída ser voltada para cima | 41B |
| recapitulação após o passe final | 20C |
| recapitulação durante o período do leilão | 20B |
| recapitulação, respondida por um único adversário | 20D |
| vozes subsequentes à primeira voz | 17C |
| perguntas | |
| inferências relevantes da escolha de vozes | 20F1, 20F2 |
| informação não autorizada ao parceiro | 16B1(a), 73C |
| sobre o leilão, antes da saída | 41B |
| sobre uma única voz | 20F3 |
| vozes efectivamente dadas | 20F1, 20F2 |
| vozes alternativas relevantes mas não dadas | 20F1, 20F2 |

| | |
|---|-----------|
| poderes | |
| Autoridade Reguladora | 80A2 |
| discricionários do Director do Torneio | 12 |
| e deveres do Director do Torneio | 81C |
| Entidade Organizadora | 80B |
| ponto de encontro (<i>matchpoint</i>) | DEFN, 78A |
| pontos de prémio | DEFN, 77 |
| pontos de vaza | DEFN, 77 |
| pontos totais | DEFN, 77 |
| posição | DEFN |
| fim da | 8B |
| fim da última posição | 8C |
| prematura(o) | |
| correção de uma irregularidade | 9C |
| ataque ou jogada por um defensor | 57 |
| procedimentos | |
| <i>ver também</i> erros de procedimento | |
| após renúncia consumada | 64 |
| carteio | 44 |
| deveres do Director do Torneio | 81C |
| responsabilidade pelos | 7D |
| procedimento correcto | 74 |
| atitude | 74A |
| cortesia | 74B |
| divertimento com o jogo | 74A2 |
| etiqueta | 74B |
| uniforme no leilão e carteio | 74A3 |
| procedimento incorrecto | 90B |
| atenção insuficiente | 74B1 |
| carta destacada antes da vez de jogar | 74B3 |
| chamar a atenção para uma ocorrência significativa | 74C4 |
| comentários gratuitos | 74B2 |
| conduta descortês na chamada do Director do Torneio | 74B5 |
| deixar a mesa sem necessidade antes do final da posição | 74C8 |
| jogo indevidamente lento | 90B2 |
| mostrar evidente desinteresse | 74C6 |
| prolongar desnecessariamente o carteio | 74B4 |
| variar o ritmo para desconcertar o adversário | 74C7 |
| violações de procedimentos, exemplos | 74C |
| provas | DEFN |
| <i>ou</i> eventos | |
| individuais | 12C3 |
| provas por equipas | 86 |
| resultado médio em provas por IMPs | 86A |
| resultado obtido na outra mesa | 86D |
| resultados ajustados não equilibrados em encontros a eliminar | 86B |
| substituição de carteira, não exercer o poder | 86C |
| psíquico | DEFN |

R

recapitulação

| | |
|--------------------------------|-----------|
| contrato | 41C |
| correção de erro | 20E |
| após o passe final | 20C |
| leilão | 20C2, 41B |
| na altura de anunciar | 20B |
| feita por um único adversário | 20D |
| voz não reconhecida claramente | 20A |
| vozes | 20 |

rectificação

| | |
|--|-----------|
| aplicação de uma | DEFN |
| cancelamento da aplicação ou da renúncia | 10 |
| direito a determinar | 10B |
| excessivamente severa ou vantajosa | 10A |
| incorrecta, resultado ajustado | 12B2 |
| irregularidade causada por espectador | 12A3 |
| irregularidade não prevista neste Código | 76C2 |
| penalidade após perda do direito a | 84D |
| perda do direito a | 11C |
| perda do direito por acção da linha não infractora | 11 |
| renunciar à aplicação | 11A |
| | 10B, 81C5 |

recurso

| | |
|---|---------------------|
| acordo entre os recorrentes | 92, 93 |
| Autoridade Reguladora, cumprimento da lei nacional | 92D |
| Autoridade Reguladora, delegar na Comissão de Recurso | 93 (nota de rodapé) |
| Autoridade Reguladora, omitir ou modificar as instâncias de recurso | 93C3(a) |
| Autoridade Reguladora, posterior consideração | 93C3(b) |
| Autoridade Reguladora, procedimentos de recurso suplementares | 93C2 |
| Autoridade Reguladora, resolução definitiva | 93C1 |
| capitão | 93C2 |
| Comissão de Recurso disponível | 92A, 92D2 |
| desprovido de mérito | 93B |
| direito do concorrente a | 92A, 93C1 |
| não há Comissão de Recurso | 92A |
| notificação do direito de | 93A |
| poderes da Comissão de Recurso | 83 |
| possibilidades adicionais de | 93B3 |
| prazo para | 93C |
| procedimentos | 92B |
| providências para a resolução de | 93 |
| que não sejam questões de direito | 80B2(k), 93A |
| questões de direito | 93B2 |
| submetido através do Director do Torneio | 93B1 |
| submissão à Comissão de Recurso | 92C |
| | 93B2 |

repetição da distribuição das cartas

| | |
|--------------------|-----|
| caso em que não há | 6D |
| | 86C |

redobre

| | |
|---------------------------|----------|
| coberto legalmente | DEFN |
| correctamente enunciado | 19C |
| extemporâneo | 19B2 |
| inadmissível | 32 |
| incorrectamente enunciado | 27B3, 36 |
| legal | 19B3 |
| marcação | 19B1 |
| | 77 |

regras de correcção, violação das

73F

reivindicação

68, 69, 70

ver também **concessão**

acordo com reivindicação ou concessão
 acordo com reivindicação ou concessão de vazas, há
 acordo sobre reivindicação ou concessão retirado
 carteio termina
 carteio normal*
 considerações do Director do Torneio
 contestada
 definição de
 esclarecimentos
 linha de jogo não indicada
 trunfo de fora

69
 69A
 69B
 68D, 70D3
 70 (nota de rodapé)
 70D
 70
 68A
 68C, 70B
 70E
 70C

renúncia

61, 62, 63, 64

antes do parceiro jogar para a 12ª vaza
 consumação
 correcção
 definição
 equidade
 na 12ª vaza
 não há rectificação
 pedido de esclarecimento
 por não ter sido jogada uma carta exposta
 procedimento após consumação
 reclamada depois de voz da linha não infractora para o jogo seguinte
 reclamada depois do fim da posição
 rectificação

62D2
 63A
 62
 61A
 64C
 62D
 64B
 61B
 64B3
 64
 64B4
 64B5
 64A

resultado*ver também* **marcação**

acordo no
 anulado
 mais desfavorável para o infractor
 mais favorável para o não infractor
 não há resultado se distribuição sem baralhar
 nenhum resultado pode ser obtido devido a irregularidade
 zero, todos passaram
nota: um resultado 'zero' não é idêntico a um 'resultado médio'

65D, 79A
 13C
 12C1(e)(ii)
 12C1(e)(i)
 6D2
 12C2
 77

resultado ajustado

DEFN

acção insensata ou arriscada, linha não infractora
 artificial
 atribuição
 de substituição
 carteio normal impossível
 encontro a eliminar, não equilibrados
 equilibrar, os dois campos não têm de
 indemnização coorrecta, o Código não fornece
 iniciativa do Director do Torneio
 média
 média mais
 média menos
 obtido noutra mesa em encontro de equipas
 prejuízo, reparar
 provas por equipas
 rectificação incorrecta de irregularidade
 solicitação de jogador

12C1(b)
 12C1(d), 12C2
 12C
 12C1
 12A2
 12C4, 86B
 12C1(f)
 12A1
 12A
 12C2(a)
 12C2, 86A
 12C2, 86A
 86D
 12B1
 86
 12A3
 12A

| | |
|---|---|
| resultado de média mais | 12C2, 86A |
| resultado de média menos | 12C2, 86A |
| resultado médio <i>nota:</i> um 'resultado médio' não é idêntico a um 'resultado zero'. | 12C2(a) |
| retenção do direito a falar | 17E2 |
| retirada, acção <i>ver</i> acção retirada retirada de carta jogada retirada por informação errada | 47 47E |
| ritmo ou comportamento, variação desvio propositado enganar um adversário inferências variações involuntárias | 73D 73D2 73D2 73D1 73D1 |
| rotação | DEFN |
| S | |
| saída extemporânea com a face exposta face para baixo extemporânea aceite extemporânea não aceite pela linha errada virada para cima | DEFN 54 41A 54B 54D 54E 41C |
| sessão na mesma mesa durante uma data e hora atribuição de lugares fim da pares, constituição durante resultado obtido na significados diferentes de suspender um concorrente na | DEFN 7D 80B2(c) 5 8C 4 12C2(c) DEFN 91A |
| T | |
| trunfo vazas contendo vazas não contendo há um de fora (numa reivindicação) | DEFN 44E 44F 70C |
| U | |
| V | |
| vaza a mais de contrato disposição das fechar a ganha | DEFN DEFN DEFN, 18A 65 45G 79 |

| | |
|---|---------------|
| imperfeita | 67 |
| inspecção de | 66 |
| jogador altera a ordem das cartas que jogou | 65D, 66D |
| quinta carta jogada numa | 45E |
| variações de ritmo ou comportamento | 73D |
| vez | DEFN |
| voz | DEFN |
| acção inadmissível, obrigação de passar | 37 |
| ASD obrigado a passar | 28A |
| baseada em engano do próprio | 21A |
| baseada em informação errónea | 21B |
| considerada como dada na vez | 28 |
| declaração superior a 7, inadmissível | 38 |
| dobre inadmissível | 36 |
| explicação de | 20F |
| extemporânea | 29 |
| extemporânea aceite | 29A |
| extemporânea artificial | 29C |
| extemporânea retirada | 16D, 28B |
| inadmissível | 35 |
| inadmissível depois do passe final | 39 |
| mudança de voz intencional | 25B |
| mudança de voz não intencional | 25A |
| mudança pelo ASE no seguimento de correcção | 21B2 |
| não reconhecida claramente | 20A |
| pelo jogador certo anulando voz extemporânea | 28B |
| redobre inadmissível | 36 |
| recapitulação e explicação de | 20 |
| retenção do direito de falar se houver passes extemporâneos | 17E2 |
| retirada, informação autorizada para linha não infractora | 16D1 |
| retirada, informação não autorizada para linha infractora | 16D2 |
| retirada, restrições de saída | 26 |
| simultânea | 33 |
| substituição aceite | 25B1 |
| substituição não aceite | 25B2 |
| tarde de mais para mudar voz | 21B3 |
| voz artificial | DEFN, 40B1(b) |
| passe artificial | 30C |
| voz errónea | 21B1(b), 75 |
| vulnerabilidade | DEFN |
| dador e | 2 |
| marcação | 77 |